A ESPERANÇA VOLTOU

O plenário do STF confirma a incompetência de Sérgio Moro e abre passagem para Lula mais uma vez cuidar do povo brasileiro

Ricardo Stuckert

focus BRASIL

Fundação Perseu Abramo 19 de Abril de 2021 Nº 6

BOLSONARO PRESSIONADO PELA CPI

Oposição aperta o cerco ao governo federal, enquanto Brasil ultrapassa os 365 mil mortos

O FRACASSO DO NEOLIBERALISMO

A era do Estado mínimo começa a virar fumaça. Biden quer governo como indutor da economia

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e
Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice,
Artur Henrique da Silva Santos,
Carlos Henrique Árabe,
Jorge Bittar, Luiz Caetano
e Valter Pomar.

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Arlete Sampaio,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim,
Dilson Peixoto, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime,
Helena Abramo, Iole Ilíada,
José Roberto Paludo, Juliana Cardoso,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci,
Maria Celeste de Souza da Silva,
Maria Selma Moraes da Rocha,
Nabil Bonduki, Nalu Faria,
Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda,
Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes,
Teresa Campello e Valmir Assunção.

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana
São Paulo (SP)
CEP 04117-091

LULA. PARA FAZER O POVO FELIZ

JUSTIÇA. STF confirma anulação das condenações impostas a Lula por Moro

TRAIÇÃO. O jornal francês 'Le Monde' mostra que a Lava Jato serviu aos EUA

LIDERANÇA. Celso Amorim diz que Lula é quem pode impulsionar os BRICS

NEOLIBERALISMO. 40 anos de hegemonia e fracassa o Consenso de Washington

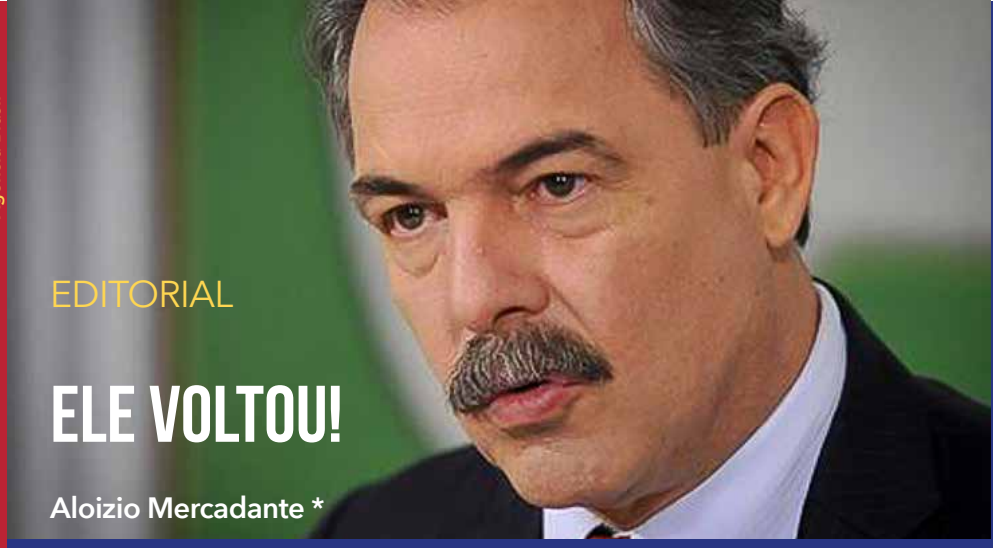
NEW DEAL. Biden propõe investimento pesado do Estado e quer taxar os ricos

ATOLEIRO. Brasil está preso na armadilha montada por Guedes e Bolsonaro

PANDEMIA. PT e oposição aumentam pressão para investigar Bolsonaro em CPI

DILMA. Brasil está à deriva em um oceano de fome, incertezas e doenças

RACISMO. Governo tenta a destruição das políticas de igualdade e promoção racial



Agência Brasil

EDITORIAL

ELE VOLTOU!

Aloizio Mercadante *

A decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal de manter a incompetência de todas as condenações contra o ex-presidente Lula, somada ao julgamento da 2ª Turma, que reconheceu a suspeição do ex-juiz Moro, devolvem ao povo brasileiro a maior liderança popular que o país já produziu. Mais que isso, com a decisão do pleno, há o resgate do Estado Democrático de Direito e Lula recupera seus diretos políticos, derrotando o arbítrio e a perseguição judicial, depois de cinco anos e de ter sido preso injustamente por 580 dias.

Sempre haverá o risco de que o estado autoritário e policial continue tentando inviabilizar uma possível candidatura de Lula. Mas, agora, em um novo ambiente político e com uma nova condição jurídica, isso é muito mais difícil para o arbítrio.

A volta de Lula devolve alguma racionalidade ao processo político e desperta os sonhos e a esperança do povo brasileiro. Lula é o símbolo maior de um Brasil que combinava estabilidade, crescimento econômico, altivez internacional e justiça social.

É em Lula que o povo reconhece as políticas públicas inovadoras que mudaram a vida da maioria da população para melhor, como a valorização do salário mínimo, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, ProUni, Fundeb, Lei de Cotas, entre outras.

Por outro lado, Bolsonaro, a antítese de Lula, jogou o Brasil em um mata-burro ao criar uma falsa contradição entre a pandemia e a economia, que aprofunda a desigualdade, aumenta a pobreza e impede o nosso reencontro com o crescimento.

Não haverá retomada sem o enfrentamento da pandemia. E Bolsonaro continua sabotando as medidas recomendadas pela medicina e negligenciando a vacinação. Infelizmente, viramos o epicentro mundial da pandemia e morrem 4 vezes mais brasileiros pela Covid do que a média dos demais países.

Enquanto a economia mundial começa a se recuperar com vigor, a China cresce 18,3% no trimestre e o plano Biden rompe com o histórico neoliberal da economia norteamericana de 40 anos, anunciando investimentos de US$ 1,9 trilhão em infraestrutura, economia verde, políticas sociais, e uma reforma tributária que pretende arrecadar mais U$2,5 trilhões em 15 anos, a OCDE diz que o Brasil é a única grande economia que seguirá estagnada.

O fato é que os desmontes das políticas públicas patrocinadas pelo golpe e a tragédia do desgoverno Bolsonaro aprofundam a crise e o abismo social.

Neste cenário de trevas, Lula emerge como a luz no fim do túnel, como a grande esperança no imaginário popular. Na última pesquisa, não só lidera como tem a menor rejeição entre os candidatos. E ampliou a vantagem contra Bolsonaro: 52% a 34%.

Por isso, com o desafio de superar a maior crise de nossa história, Lula retorna mais sofrido e experiente, porém, com coração leve e sem rancores. Vai disputar e vencer mais uma eleição e subir novamente com o povo brasileiro a rampa do Palácio do Planalto.

Se, lá atrás, dissemos "deixa o homem trabalhar" e Lula fez o melhor governo da história do Brasil. Agora, é "deixa o povo votar" e ele fará de novo. O povo precisa se organizar para os novos tempos que virão a partir de 2023.

** Ex-ministro e presidente da Fundação Perseu Abramo.*

LULA LIVRE PARA LIDERAR A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

Arte: Fozie sobre foto de Ricardo Stuckert

STF **confirma anulação** das condenações contra o ex-presidente, cinco anos depois da perseguição movida pela Lava Jato

Por 8 votos a 3, ministros da Suprema Corte reafirmam o óbvio: o ex-juiz federal jamais teve **competência para julgar** Lula. E foi parcial

Preso por 580 dias, agora inocentado, o maior **líder político do Brasil** reinicia a luta para recolocar o país no rumo do desenvolvimento

Cinco anos depois de se tornar vítima da maior perseguição política e judicial da história do Brasil, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva finalmente recupera seus direitos políticos. Na quinta-feira, 15, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a incompetência do ex-juiz Sergio Moro e da 13ª Vara Federal para julgar Lula. Por 8 votos contra 3, a Suprema Corte decidiu pela anulação de todas as condenações impostas a Lula no âmbito da Lava Jato, decididas pelo ex-magistrado, que condenou o ex-presidente em 2017, mandou-o para a prisão por 580 dias e depois aceitou o convite de Jair Bolsonaro para integrar o governo.

"Foi uma decisão histórica", comemoraram os advogados Cristiano Zanin e Valeska Teixeira Martins. "A incompetência da Justiça Federal de Curitiba é afirmada por nós, advogados do ex-presidente, desde a primeira manifestação, em 2016, e foi sustentada em todas as instâncias do Judiciário até chegar ao Supremo", apontaram, em nota.

A decisão da Suprema Corte teve repercussão internacional quase imediata. Ainda na quinta-feira, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, comemorou, horas depois da sessão que definiu o destino do ex-presidente. "A Justiça brasileira deu uma lição demonstrando sua capacidade de decidir com total autonomia", destacou.

Lula permanece inocente, recupera os seus direitos políticos e pode vir a se candidatar à Presidência da República em 2022, emergindo como o principal adversário político do presidente Jair Bolsonaro. O caminho para a volta de Lula ao Palácio do Planalto está aberto. A partir de agora, o principal líder político brasileiro poderá voltar a se dedicar ao projeto de sua vida: melhorar a vida do povo, esmagado pela mais grave crise social e sanitária de todos os tempos. "Estou pronto para a briga", disse Lula ao canal argentino C5N, horas depois do julgamento do STF, na noite de quinta-feira. "Se for necessário que eu seja candidato para ganhar de [Jair] Bolsonaro, serei candidato".

O líder da extrema-direita sentiu o golpe de ter Lula como adversário nas urnas em 2022. Na live que fez na quinta-feira, ele se manifestou sobre a decisão da maioria do STF. E sinalizou que será derrotado. "Não está começando aqui a campanha para 2022, mas, pela decisão do Supremo hoje, Lula é candidato", disse. "Se Lula voltar pelo voto direto, voto auditável, tudo bem. Agora, veja qual vai ser o futuro do Brasil com o tipo de gente que vai trazer para dentro da Presidência".

O plenário do Supremo analisou agravo em decisão tomada pelo relator da Lava Jato na corte, o ministro Luiz Edson Fachin, em 8 de março, quando reconheceu o pedido da defesa do ex-presidente. Na ocasião, ele determinou a anulação de todos processos que estavam na 13ª Vara Federal de Curitiba e o envio à Justiça em Brasília. A maioria confirmou a decisão de Fachin.

Os ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Dias Tofolli, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Luís Roberto Barroso, além do próprio Fachin, reconheceram a incompetência de Moro para julgar os casos envolvendo o ex-presidente. Discordaram da decisão os ministros Kassio Nunes Marques, Marco Aurélio Mello e o presidente do STF, Luiz Fux. O único ponto que ficou em aberto, a ser posteriormente debatido, é se os processos devem ir mesmo para Brasília ou para a Justiça Federal de São Paulo.

A análise da suspeição de Sérgio Moro deve ser discutida pelo plenário na próxima semana. O tema gera controvérsia, uma vez que a 2ª Turma do STF se manifestou sobre a matéria. Em 15 de março, a turma concluiu que Moro não agiu como um juiz imparcial e não deu a Lula um julgamento justo. Na sessão inicial do plenário, na quarta-feira, a ministra Cármen Lúcia, uma das que votou pela suspeição de Moro, sinalizou discordar da possibilidade de o plenário rever a decisão.

Ao fim da sessão, o presidente do STF, Luiz Fux, ressaltou que a decisão diz respeito apenas ao caso de Lula, não se estendendo a outros processos. "Para esclarecer, de maneira muito simples, essa decisão não derrui a operação Lava Jato", disse. Assim, o ministro deu razão ao que vinham afirmando o próprio Lula e dirigentes do PT diante de falsas acusações de que, ao fazer Justiça a Lula, o STF estaria beneficiando outros réus. •

Ricardo Stuckert

O CIRCO DA LAVA JATO FINALMENTE DESARMADO

Líderes do PT comemoram a decisão histórica tomada pela Suprema Corte. "Prevaleceu a Justiça"

Dirigentes do PT e líderes de outras agremiações comemoram a decisão tomada pelo STF, confirmando a perseguição política movida pela Lava Jato e anulando as condenações impostas pelo ex-juiz Sérgio Moro. "Dia histórico. Demorou, mas chegou! Ainda tem muita coisa a ser colocada no lugar, mas a incompetência de Moro era o passo fundamental para isso", celebrou a presidenta nacional do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR).

"É um dia para se comemorar", celebrou o ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro Fernando Haddad. "Não há paz sem justiça. Moro incompetente; Moro parcial". O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), também festejou a decisão. "É a correção de um dos maiores circos já armados na história. É finalmente devolver a ele a liberdade para voltar a presidir este país", declarou.

Segundo Rocha, a armação em Curitiba foi finalmente foi desfeita. "Devolver os direitos ao presidente não era apenas uma questão de dignidade após 580 dias preso injustamente", comentou. O líder do PT na Câmara, deputado Bohn Gass (RS) também exultou: "Gente, vocês se dão conta de que, hoje, a mais alta corte da Justiça brasileira declarou que tudo o que a quadrilha de Curitiba fez contra Lula, foi ilegal e injusto? E que, portanto, nunca deveria ter acontecido?"

O líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN) elogiou a corte. "O Supremo Tribunal Federal referendou: as condenações contra o presidente Lula devem ser anuladas e seus direitos políticos restabelecidos. Parabéns ao STF pela decisão", destacou. "Prevaleceu a Justiça!" •

Ricardo Stuckert

"Uma importante vitória da justiça e da democracia, que nos enche de força e esperança"

DILMA ROUSSEFF,
EX-PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Divulgação

"Não há paz sem justiça. Moro é incompetente. E mais: Moro é parcial"

FERNANDO HADDAD, EX-PREFEITO DE SÃO PAULO E EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Roberto Stuckert Filho

"A mais alta corte declarou: tudo que se fez contra Lula foi ilegal e injusto"

ELVINO BOHN GASS,
LÍDER DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Alessandro Dantas

"Prevaleceu a Justiça. As condenações contra Lula foram anuladas"

JEAN PAUL PRATES,
LÍDER DA MINORIA NO SENADO

Alessandro Dantas

"O Supremo finalmente devolve a Lula a liberdade para voltar a presidir este país"

PAULO ROCHA,
LÍDER DO PT NO SENADO

Alessandro Dantas

Demorou, mas chegou! Ainda tem muita coisa a ser colocada no lugar

GLEISI HOFFMANN, PRESIDENTA NACIONAL DO PT

Arte: Fozie sobre foto de Lula Marques

MORO DESMASCARADO PELO 'LE MONDE': A SERVIÇO DOS EUA

Reportagem do mais influente jornal francês desmoraliza o ministro da Justiça de Jair Bolsonaro. À frente da Lava Jato, o ex-magistrado transformou a maior operação anticorrupção da história do Brasil no maior escândalo jurídico e deixou o aparelho do sistema de Justiça do país ser capturado pelos interesses do Departamento de Estado norte-americano

No domingo, 11 de abril, o jornal *Le Monde*, um dos mais influentes periódicos da Europa e o mais respeitado jornal da França, destacou na capa de sua edição uma reportagem exaustiva de 3 páginas, assinada por Nicolas Bourcier e Gaspard Estrada. O diário revelava ali que Sérgio Moro, o juiz federal que condenou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e conduziu a Operação Lava Jato no Brasil por cinco anos, atuou para atender aos interesses dos Estados Unidos. A denúncia é explícita: a Lava Jato foi parte da construção de um projeto político de destruição montado pelo Departamento de Estado norte-americano.

Intitulada "Justiça, a armadilha brasileira", a reportagem mostra Moro como "um magistrado considerado 'tendencioso'", atuando às vezes de maneira ilegal e à sombra dos Estados Unidos". O texto é duro: "Existe algo podre no Reino do Brasil. Todo o país é atingido por uma série de crises simultâneas, uma espécie de tempestade perfeita – recessão econômica, desastres ambientais, polarização extrema da vida política, Covid-19... A isso deve ser adicionado o naufrágio do sistema judicial".

O jornal lembra que a Lava Jato surgiu há sete anos, quando o jovem magistrado lançou, em 17 de março de 2014, uma operação anticorrupção, envolvendo a Petrobrás, construtoras e líderes políticos. "Foram emitidos 1.450 mandados de prisão, apresentadas 533 denúncias e 174 pessoas foram condenadas", aponta o Le Monde. "Depois de mais de sete anos de processos, o próprio cerne da Justiça brasileira acaba de se retrair tanto na substância quanto na forma, abrindo um abismo de questionamentos sobre seus métodos, seus meios e suas escolhas", reportam Bourcier e Estrada, que lembram que o desmonte da Lava Jato começou quando o site *The Intercept* começou a apontar irregularidades e equívocos à investigação. "Cento e oito artigos publicados até o momento, por sua vez, levantaram o véu sobre as mensagens comprometedoras trocadas entre promotores e o juiz Moro, lançando luz sobre os vínculos mantidos, às vezes fora de qualquer quadro legal, por investigadores brasileiros com agentes do Departamento de Justiça dos Estados Unidos", diz o texto. A Lava Jato teve viés político e os procuradores da República eram "obcecados com a ideia de bloquear o PT".

Segundo o jornal, Moro foi capturado pelos interesses dos Estados Unidos ainda em 2007. Na época, atuava no caso Banestado, quando foi então abordado para participar de um programa de relacionamento financiado pelo Departamento de Estado. Ele viajou aos Estados Unidos naquela mesma época e fez uma série de contatos dentro do FBI, do Departamento de Justiça e do Departamento de Estado, em Washington. "Em dois anos, a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília formou uma rede de magistrados e advogados convencidos da relevância do uso das técnicas americanas", descreve o jornal.

18 | GÉOPOLITIQUE

Justice Le piège brésilien

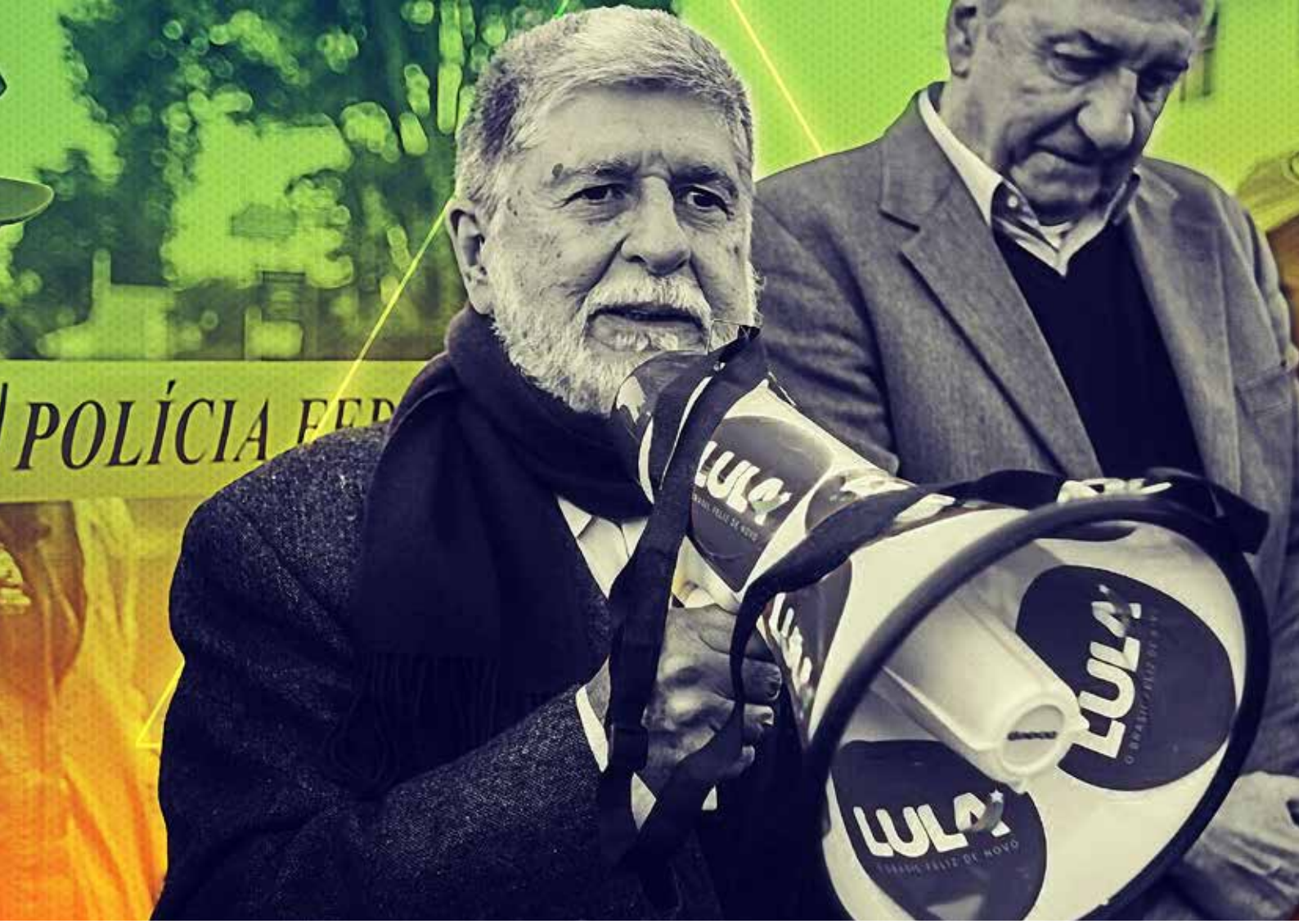
Un magistrat jugé « partial », une équipe d'enquêteurs aux méthodes contestables, l'intervention des Etats-Unis, et pour finir un scandale retentissant : « Lava Jato », l'opération anticorruption qui secoue le Brésil depuis sept ans a servi de nombreux intérêts, mais pas la démocratie

« DANS UNE AFFAIRE DE CORRUPTION, IL FAUT COURIR DERRIÈRE "LE ROI" DE MANIÈRE SYSTÉMATIQUE ET CONSTANTE POUR LE FAIRE TOMBER »

SEGUNDO O JORNAL FRANCÊS, SÉRGIO MORO FOI COOPTADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE-AMERICANO AINDA EM 2007, QUANDO ATUAVA NO CASO BANESTADO. ELE VIAJOU NAQUELE MESMO ANO PARA WASHINGTON

A Embaixada dos Estados Unidos passou a estruturar uma rede alinhada às suas orientações no meio jurídico brasileiro, criando um cargo de assessor jurídico e nomeando Karine Moreno-Taxman, procuradora especializada na luta contra a lavagem de dinheiro e o terrorismo. "No espaço de dois anos, o trabalho de Karine Moreno-Taxman dá frutos", diz o *Le Monde*. Em novembro de 2009, a assessora jurídica da embaixada é convidada a falar na conferência anual de policiais federais brasileiros.

"Em um caso de corrupção, é preciso correr atrás do 'rei' de forma sistemática e constante para derrubá-lo", afirma a assessora jurídica da embaixada dos Estados Unidos, no encontro com policiais realizado em Fortaleza. De acordo com o diário francês, o nome de Lula, enredado no escândalo do "Mensalão", não é citado em nenhum momento. Mesmo que ele esteja presente na mente de todos, ninguém imagina então que este se tornará o "rei" designado pela senhora Moreno-Taxman. No entanto, é isso que vai acontecer. "E Sergio Moro está lá, presente desde a primeira hora do congresso", destaca o *Le Monde*. •



Joka Madruga

WASHINGTON O ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa diz que até agora as relações de Joe Biden com a América Latina não mostraram muito progresso: "Mas, quando Lula era presidente, tínhamos boas relações, e isso era com Bush e Obama"

"LULA É UMA FORÇA GIGANTESCA NO BRASIL", DIZ CELSO AMORIM

O maior líder político brasileiro do século 21 é quem pode impulsionar o BRICS e facilitar a integração da América do Sul, aponta o ex-ministro das Relações Exteriores, um dos mais respeitados diplomatas do planeta, em entrevista ao Sputnik.

Por Ekaterina Blinova | Sputnik News

O ex-presidente Lula reformulará a atual política brasileira se concorrer e vencer, começando por revigorar o sistema de saúde do país e combater a desigualdade, reforçar o BRICS, trocar para moedas nacionais no comércio e liderar a reintegração da América do Sul, diz o ex-chanceler brasileiro Celso Amorim.

Em entrevista à estação de televisão portuguesa RTP, em 2 de abril, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 75 anos, afirmou que se candidataria à Presidência do Brasil em 2022 se "necessário". O veredito de março do Supremo Tribunal Federal do Brasil invalidando a condenação do ex-presidente se tornou um grande divisor de águas na política do país ao abrir a porta para que Lula possa concorrer à reeleição.

Isso soou o alarme para o presidente Jair Bolsonaro e seus poderosos apoiadores. No entanto, é improvável que os militares, que apoiaram Bolsonaro em 2018, tentem dificultar a campanha de Lula se ele concorrer, afirma o diplomata e político brasileiro Celso Luiz Nunes Amorim, que por duas vezes ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores entre 1993 e 1994 no governo Itamar Franco e depois entre 2003 e 2010 sob o presidente Lula da Silva. Mas e se Washington e corporações multinacionais tentarem jogar uma chave na obra de Lula?

Sputnik – Quais são as chances de Lula vencer a corrida?

Celso Amorim – Lula como tantos outros, como muitos de nós, – digo isso porque me sinto pessoalmente ligado a ele, também – estamos agora concentrados no que pode ser feito para melhorar a vida dos brasileiros por causa da pandemia. O Brasil tem um número recorde de mortes por dia. É um país que detém agora o maior número de pessoas mortas diariamente. Isso, é claro, é acompanhado por recessão, desemprego e falta de renda para os pobres. Então, todas essas coisas agora concentram sua atenção. Claro, se você fizer a pergunta, ele dirá "Bem, posso concorrer", não sei exatamente o que ele disse à televisão [portuguesa], mas ouvi-o outra vez dizer: "Bem, se há um pedido do meu partido e das forças progressistas, aquelas que estão mais ligadas aos ideais sociais no Brasil com mais independência na política externa, se essas forças pedirem...

LULA SEMPRE FOI ABERTO AO DIÁLOGO, MESMO EM RELAÇÕES COM QUESTÕES DIFÍCEIS COMO A DA VENEZUELA, UMA QUESTÃO REGIONAL

Claro, Lula é uma força gigantesca na política brasileira, então ele terá uma grande influência de qualquer forma. E, claro, muitas pessoas, como eu, esperam que ele concorra. Mas, como eu disse, estamos um pouco longe, e estamos no meio de uma pandemia, uma grande crise de saúde, uma grande crise econômica, uma grande crise social potencial também. Portanto, é um pouco difícil fazer uma previsão.

Sputnik – Que reação Lula pode esperar de Washington, visto que o governo Biden está em desacordo com o gabinete do Bolsonaro? Washington tentará se intrometer na campanha de Lula?

Celso Amorim – Washington não é um conceito tão simples. Existem diferentes forças nos Estados Unidos que agem de maneiras diferentes. Certamente, se você tivesse o governo Trump, eles apoiariam o Bolsonaro. Com o governo Biden – não sabemos ainda. Até agora, suas políticas para a América Latina não mostraram muito progresso. Mas você sabe, quando Lula era presidente tínhamos boas relações, e isso era com o presidente Bush e o presidente Obama. Claro, pode haver interesses de empresas americanas no Brasil. Pode haver alguns outros interesses estratégicos. Mas, não é mais o que costumava acontecer nos anos 1960 ou 1970.

Até o tipo de intromissão é diferente. Acho que se acontecer vai acontecer por meio da mídia brasileira, da elite econômica brasileira. E a elite econômica brasileira, eles está um pouco desconcertada porque apoiaram o Bolsonaro e agora, pelo menos, muitos deles se arrependem.

Então, não vejo bem por que eles tentariam fazer qualquer coisa para bloquear a campanha de Lula, porque na verdade Lula sempre foi uma pessoa aberta ao diálogo, mesmo em relações com questões difíceis como a da Venezuela, para falar de um aspecto regional aqui.

Sputnik – As multinacionais podem tentar atrapalhar a campanha de Lula?

Celso Amorim – Certamente existem, no Brasil, forças que estão mais ligadas a, digamos, esse neoliberalismo que querem privatizar e podem ganhar com esse processo no Brasil. E pode haver outras empresas internacionais que podem se interessar pelo Brasil, mas não têm domínio. Eles podem ter algum apoio, internacionalmente falando, que se oporá a Lula porque querem mais privatizações, mais espaço para fazer ganhos imediatos.

Por outro lado, até por causa da pandemia, do alto desemprego, das políticas que têm a ver com o preço do petróleo, há um sentimento crescente no Brasil – que vai além das tradicionais forças progressistas – de que precisamos de um presença do Estado brasileiro na economia para relançar a economia. Isso está acontecendo até mesmo nos Estados Unidos. O que Biden está fazendo agora nos Estados Unidos é algo que não acontecia desde Franklin Delano Roosevelt, na época da Grande Depressão, na forma como ele injeta dinheiro, inclusive aumentando impostos sobre os ricos e as corporações.

Então, o mundo está mudando um pouco. Não podemos pensar apenas através dos modelos que tínhamos, mesmo os que tínhamos até dez anos atrás. Eles já se tornaram superados. Há um novo mundo. Acho que o fato de termos o BRICS, por exemplo, temos a possibilidade, a Rússia acaba de propor, vi meu bom amigo [o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei] Lavrov, com quem interagi por muitos anos como ministro das Relações Exteriores e antes como embaixador do a ONU, propondo que a Rússia pudesse abandonar o dólar.

Não sei se o Brasil pode abandonar o dólar, mas poderíamos ter nosso comércio entre os países do BRICS com nossas moedas. Então é importante reforçar o BRICS.

Acho que o Brasil tem que trabalhar dentro de grupos como o BRICS e, claro, ter relações normais com os Estados Unidos também. Não é fácil porque a América Latina é vista por muitas pessoas nos Estados Unidos como seu quintal, como de alguma forma estava implícito em sua pergunta. Mas também acho que isso está mudando: temos governos progressistas no México, na Argentina, na Bolívia. Então, se o Lula for eleito... e eu acho que se ele concorrer, ele tem uma grande chance de ser eleito, e quase certo que o será. Se ele for eleito, poderemos trabalhar tanto com a integração da América do Sul quanto com grupos como o BRICS, e também com os Estados Unidos, e também com a União Européia.

O BRASIL TEM QUE TRABALHAR DENTRO DE GRUPOS COMO O BRICS E, CLARO, TER RELAÇÕES NORMAIS COM OS EUA. E ISSO NÃO É FÁCIL

Sputnik – Quais são as questões internas que Lula tratará imediatamente se ganhar? Que mudanças na política externa se pode esperar?

Celso Amorim – O problema imediato que ele está tratando agora é a pandemia. Lula é uma grande figura no Brasil e o que ele fala e tem influência. Lula criticou o ministro da Saúde e Bolsonaro o demitiu. Ele não criticou o ministro, criticou a política e o ministro foi demitido alguns dias depois. O Bolsonaro nunca tinha usado máscara, e quando Lula falou dessas coisas, ele começou a usar...

O Brasil tem um sistema de saúde fantástico, um dos melhores do mundo – não era bem aproveitado pelo Bolsonaro – mas graças a ele a situação não é ainda pior. É mais ou menos como o National Health Service na Grã-Bretanha. Claro, somos um país em desenvolvimento e não temos o mesmo tipo de recursos, mas isso permeia a sociedade.

Em termos de política externa, não posso dizer que ele fará exatamente as mesmas coisas que fez há dez anos quando estava no poder. Mas vamos tentar trabalhar em duas ou três linhas: ter um mundo mais multipolar, reforçando grupos como o BRICS, isso é essencial para o Brasil e acho que é essencial para os outros grupos membros. Trabalharemos na integração na América do Sul e desenvolveremos relações multipolares com todo o mundo, com grande destaque na África que está muito próxima do Brasil. Se mantivéssemos nosso posicionamento histórico, mais empresas poderiam contribuir com a cadeia de produção de vacinas. E mais pessoas estariam imunizadas, milhares de vidas seriam salvas e a recuperação econômica estaria mais próxima. •

Ricardo Stuckert

INDIGNADO "Estou tranquilo. Tem gente que gosta de fazer confusão, dizendo que a anulação dos meus processos é a anulação da Lava Jato", criticou o ex-presidente Lula em entrevista. "É a anulação do meu caso. A minha briga é com o meu caso específico

"COM BASE NOS AUTOS, SÓ HÁ UMA DECISÃO: A MINHA INOCÊNCIA"

Em entrevista à rádio CBN de Fortaleza, Lula diz que luta por Justiça. "A minha briga é com o meu caso específico. Se alguém roubou, que seja preso", afirma o ex-presidente

Só há uma decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no que diz respeito ao julgamento, pelo plenário da Corte, sobre decisão do ministro Edson Fachin que anulou as condenações do líder Luiz Inácio Lula da Silva: o reconhecimento da inocência do ex-presidente da República.

Em entrevista ao programa *O Povo*, da CBN de Fortaleza, concedida na manhã de quinta-feira, 15, Lula rebateu o falso argumento de que a anulação de seus processos, assim como a confirmação da suspeição de Moro, invalida outras condenações da Lava Jato. Lula deixou claro que o que está em questão é a injustiça cometida especificamente contra ele. E ressaltou que tinha a consciência tranquila com o julgamento.

"Estou tranquilo. Tem gente que gosta de fazer confusão, dizendo que a anulação dos meus processos é a anulação da Lava Jato", criticou o ex-presidente. "É a anulação do meu caso. A minha briga é com o meu caso específico. Estou discutindo a minha inocência. Se alguém roubou que seja preso".

Lula lembrou que sua defesa denunciou, ainda em 2016, as manobras da Lava Jato para condená-lo sem provas, evidenciando a parcialidade do então juiz Sérgio Moro, então titular da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba. Há cinco anos, a defesa de Lula sustenta que Moro articulou com o Ministério Público a maior farsa jurídica da história, instruindo os procuradores da República responsáveis pelo caso, que promoveram uma perseguição implacável.

"O que está em jogo, portanto", insistiu Lula, "é a suspeição de Moro, apontada pela defesa e confirmada pelas reportagens da Vaza Jato, do site *The Intercept*, e pelas conversas vazadas entre integrantes do Ministério Publico e Moro, obtidas pela Polícia Federal na Operação Spoofing".

"Foi criado um powerpoint que dizia que eu era chefe de uma quadrilha", lembrou o ex-presidente. "Era a necessidade que eles tinham de me envolver no processo da Lava Jato e me levar para Curitiba. Era uma obsessão do Moro e do [Deltan] Dallagnol evitar que eu fosse candidato em 2018".

"Acontece que esse processo do quadrilhão já foi derrotado, já foi vencido em Brasília, não existe mais", argumentou Lula. Ele ressaltando que a defesa entrou, ainda em 2016, com um pedido de anulação da condenação na 13ª Vara de Curitiba. "Não sei porque demorou quase cinco anos para que fosse julgado, mas agora estamos provando as mentiras contadas a meu respeito", comentou.

O QUE ESTÁ EM JOGO É A SUSPEIÇÃO DE MORO, APONTADA PELA MINHA DEFESA E CONFIRMADA PELA VAZA JATO, DO *THE INTERCEPT*

Lula reiterou que foi condenado por "fato indeterminado", uma vez que Moro não tinha do que acusá-lo. "Se um juiz não tinha porque me condenar, por que me condenou?", questionou. "Eu já provei a minha inocência. Eu quero que apareça no Brasil alguém para provar a minha culpa", desafiou.

O ex-presidente voltou a condenar a atuação desumana e falta de empatia de Jair Bolsonaro com as mais de 365 mil vítimas da Covid-19 no Brasil. "Vocês acham que tenho prazer de chamar o Bolsonaro de genocida? Infelizmente esse cidadão fez tudo diferente do que a ciência brasileira orientou a fazer", lamentou.

Lula apontou a negligência do ocupante do Planalto na compra de vacinas contra a Covid-19. Apresentado uma lista de imunizantes, o ex-presidente indicou que Bolsonaro deixou de adquirir 700 milhões de doses de vacinas diversas e atirou a população à própria sorte na maior crise sanitária da história do país.

Lula reafirmou que sua prioridade em 2021 é brigar para consertar o Brasil, atualmente vítima do desgoverno Bolsonaro. Ele lamentou que o povo esteja passando fome e defendeu que o governo pague urgentemente um auxílio de R$ 600 enquanto durar a pandemia. Além disso, afirmou que vai lutar para que todos os brasileiros sejam vacinados.

Comparando ao quadro atual de miséria no Brasil com o de sua infância, Lula frisou que saiu de Pernambuco em um pau de arara, em 1952, para fugir da fome. "Nunca vi tanta fome como agora, em São Paulo, na periferia, em Fortaleza, no interior de Pernambuco", espantou-se. "Há um desrespeito total com o pobre nesse país. A escravidão permanece. As pessoas tem ódio quando o pobre sobe um degrau", disse. Ele lembrou que, nos governos do PT o Brasil tinha saído do Mapa da Fome das Nações Unidas. •

Agência PT

Geraldo Bubniak

FLAGRADO NO TELEGRAM Mensagens de celulares do procurador Deltan Dallagnol mostram proximidade suspeita com o ex-juiz Sérgio Moro

PT QUER INVESTIGAR DELEGADO AUTOR DE "LAUDO PARALELO"

O Partido dos Trabalhadores vai pedir ao Ministério Público Federal (MPF) uma investigação sobre a atuação do delegado da Polícia Federal Felipe de Alcântara de Barros Leal. Ele é suspeito de prevaricação, ou seja, crime praticado por servidor público contra a Administração Pública. Leal é autor do requerimento de um "laudo paralelo" sobre as mensagens de celular apreendidas pela Polícia Federal na Operação Spoofing, que prendeu o hacker Walter Delgatti Neto.

As mensagens revelaram como os procuradores da Lava Jato e o ex-juiz Sergio Moro participaram de um conluio para condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à margem da lei e de maneira criminosa e suspeita. De acordo com a presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), ao pedir a confecção de um novo laudo, mesmo após a PF atestar a integridade dos diálogos, Leal promoveu ato de ofício a fim de satisfazer interesses pessoais, em vez de cumprir com lealdade a missão que lhe foi atribuída.

Segundo o site *Consultor Jurídico*, o delegado se uniu ao subprocurador-geral da República José Adonis Callou para desobedecer a uma determinação da Procuradoria Geral da República. O procurador-geral Augusto Aras havia decidido que Adonis Callou conduzisse "investigação da conduta de membros do Ministério Público Federal, na prática de infrações penais" no contexto dos diálogos que vieram a público.

Callou, porém, em vez de investigar a conduta de seus pares, encomendou o laudo, que acabou requerido a peritos por Leal. Em razão desses fatos, o delegado foi afastado pela Polícia Federal do comando do setor de Serviço de Inquéritos.

Em quatro páginas, Leal descreve as conclusões dos peritos sobre as mensagens. Segundo ele, os especialistas "concluíram pela existência de características indicativas de acessos diretos a contas do aplicativo Telegram para fins de obtenção dos itens digitais", ou seja, se tratam de conversas obtidas por hackers. • ***Agência PT***

DEFESA PEDE AO STF TRANCAMENTO DE AÇÕES DA LAVA JATO

Em petição ao ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa do ex-presidente Lula solicitou na terça-feira, 13, o trancamento de três ações penais oriundas da operação Lava Jato – aquelas referentes ao sítio de Atibaia e ao Instituto Lula, encaminhadas à Justiça de Brasília – devido à ocultação de provas e ao uso ilegal de dados por parte dos procuradores de Curitiba.

Na peça, os advogados Cristiano Zanin e Valeska Martins mostram que os procuradores da Lava Jato agiram de forma desleal e sonegaram da defesa, e do próprio STF, documentos sobre o acordo de leniência da Odebrecht, em especial aqueles trocados entre a força-tarefa de Curitiba e autoridades suíças e norte-americanas. Por ter agido assim, argumentam os defensores de Lula, "o Estado-acusador deve ser impedido de levar adiante qualquer ato de persecução".

Desde 2017, os advogados de Lula tentam acesso à íntegra do acordo de leniência e ao material trocado entre a Lava Jato e autoridades estrangeiras, por acreditarem que o documento ajudaria a comprovar a inocência do presidente. Segundo lembram na petição, desde aquela época, os membros da extinta força-tarefa afirmavam, inclusive perante o STF, que não tinham nada documentado com autoridades de outros países em relação ao acordo de leniência da Odebrecht. A existência de tais documentos acabou reconhecida, em março. •

O FRACASSO DO NEOLIBERALISMO

O mercado pujante sem rédeas parece ter os dias contados. Após 40 anos da implementação da agenda que atacou a ideia do Estado de Bem-Estar Social e colocou as privatizações como dogma, a pandemia reabriu o espaço nos EUA e na Europa para a discussão sobre a regulação do capital e o papel do Estado

Arte: Fozie

Um mercado incontrolável, sem peias e sem amarras, livre para fazer dinheiro. Os dias do neoliberalismo desenfreado e do Estado Mínimo parecem contados. A pandemia da Covid, afinal, reacendeu a luz sobre o papel central do governo na economia. E, curiosamente, é na América de Ronald Reagan que dogmas como impostos mínimos para os ricos e um Estado tímido e miserável começam a ser quebrados. O presidente Joe Biden está recolocando no foco do debate político o governo como indutor do desenvolvimento. Vem aí uma nova era keynesiana.

Biden parecia o homem errado para a tarefa inglória: ressuscitar a ideia do governo como indutor do desenvolvimento. Com 50 anos de carreira política, sempre em Washington, fazendo cara de paisagem para o establishment, o democrata parece que veio para refundar os Estados Unidos. Em apenas quatro meses à frente da Casa Branca, mostrou que pode estar encarnando as vestes de Franklin Delano Roosevelt em pleno século 21. À frente de um plano ousado e inovador, está apostando alto.

É que a pandemia demonstrou como a erosão dos serviços públicos tornou as sociedades capitalistas vulneráveis à ruptura, menos competitivas internacionalmente e, em última análise, menos resilientes. Além disso, por conta da proeminência e a força da China, que anunciou nesta semana um crescimento de inacreditáveis 18,3% no PIB, Biden precisa recolocar a paquidérmica economia norte-americana de novo nos trilhos. E, para fazer isso, não teve dúvidas em preparar dois pacotes ambiciosos. Aprovou no Congresso um plano de US$ 1,9 trilhão – o equivalente a quase R$ 12 trilhões (para se ter ideia, o PIB do Brasil é algo perto de US$ 1,6 trilhão – para reaquecer a economia. E ainda mandou outro de US$ 2,3 trilhões para reacender o emprego. Como se não bastasse, sinalizou que vai taxar os ricos e as grandes empresas para custear a proposta.

O Financial Times, a bíblia dos liberais e do mercado financeiro, elogiou a primeira iniciativa, quando conseguiu aprovar o primeiro pacote no Congresso. "A enorme intervenção fiscal de Biden ocorre ao mesmo tempo em que o governo também está conduzindo uma rápida campanha para lançar as vacinas da Covid – os EUA agora estão prestes a entregar doses de 100 milhões", publicou o jornal em artigo, ainda em março. "Em conjunto, essa explosão de ativismo governamental carrega ecos do New Deal de Franklin Delano Roosevelt durante a Depressão e das reformas da Grande Sociedade de Lyndon Johnson na década de 1960", comparou.

O plano democrata prevê recursos públicos em infraestrutura e energia limpa. Para reanimar o mercado de trabalho, Biden pretende reverter aperto fiscal de Donald Trump. O pacote do democrata é ousado. A ideia é que o Plano de Empregos Americanos permita gastar US$ 250 bilhões em cada um dos próximos oito anos na América. A ideia é que esse pacotão e mais outro destinado à infância e educação permitam aos Estados Unidos retomarem a liderança em tecnologia e preparar o terreno para a disputa global com a China.

Biden quer usar esse plano de infraestrutura para corrigir injustiças raciais. Ele quer reconstruir rodovias, pontes e linhas férreas. Os investimentos federais massivos e grandiosos pareciam coisa do passado. Nos Estados Unidos, não ocorriam de maneira expressiva desde meados do século 20. A iniciativa de infraestrutura mais famosa da América, o sistema rodoviário interestadual, lançou uma rodovia elevada atravessando o centro da avenida Claiborne, em Nova Orleans, no final dos anos 1960.

O New York Times lembra que o presidente e seus assessores descrevem essa agenda nos termos grandiosos da competitividade econômica e na linguagem granular da redução do tempo que as pessoas passam para deslocar-se entre casa e trabalho. Mas eles também destacaram o potencial do plano de promover a equidade racial e reduzir lacunas entre os resultados econômicos de diferentes setores da população.

Biden quer aumentar impostos sobre as grandes empresas, voltando aos 28% que existiam, antes de o governo Trump baixá-los para 21% em 2017. Esse corte tributário "permitiu a maior redução de impostos para as multinacionais sem nunca exigir que elas investissem nos EUA ou contratassem trabalhadores domésticos". A reclamação é do próprio Biden. Agora, ele propõe evitar o aumento da carga tributária para quem ganha menos de US$ 400 mil – R$ 2,3 milhões – por ano, com a ideia de "proteger a classe média" e os de baixa renda.

O democrata propôs ainda tributar ganhos de capital e um aumento do imposto de renda de 37% para 39,6%, para aqueles que ganham mais de US$ 1 milhão por ano. Essas medidas fazem parte da reforma que visa arrecadar cerca de US$ 4 bilhões.

Não deixa de ser ousado que um político da estirpe de Biden – a própria cara do establishment político dos Estados Unidos – venha a liderar os sonhos de uma América menos desigual, com distribuição de renda e redução das inúmeras disparidades econômicas e sociais que fazem do país um dos mais desiguais do mundo. A situação só não é pior do que o Brasil, onde a desigualdade campeia e os ricos não querem nem saber de reforma tributária. Que o diga Paulo Guedes e a Faria Lima. •

ENTERRANDO O LEGADO DE REAGAN E THATCHER

A pandemia da Covid mostrou que os mercados não têm capacidade para enfrentar os desafios do século 21. Cabe aos governantes e ao Estado assegurar as condições de vida para os povos do mundo

No começo dos anos 80 uma dupla de políticos conservadores conseguiu impor uma contra-revolução econômica, reacendendo as chamas da desigualdade como motor dos tempos bicudos que o mundo reviveria por longas quatro décadas. A primeira-ministra Margaret Thatcher, à frente do governo britânico, e o presidente Ronald Reagan, deram início ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós-guerra, dando combate sem trégua aos sindicatos, preservando os ricos dos impostos e impondo aos países em desenvolvimento uma cartilha cruel de redução do Estado e dos investimentos públicos.

Por 40 anos, políticos de diferentes segmentos ideológicos que governaram seus países aprenderam a navegar usando a cartilha imposta pelos instrumentos de controle do capital financeiro internacional, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Quando Thatcher morreu, em abril de 2013, vítima das complicações decorrentes da Doença de Alzheimer, as pedras fundamentais de sua agenda permaneciam intocáveis. Nove anos antes, em junho de 2004, era o ex-presidente Ronald Reagan quem desaparecia. O legado de ambos começa a ser desmontado agora.

As divisões sociais que Reagan e Thatcher aprofundaram em seus países e ajudaram a espalhar pelo resto do mundo são apenas a ponta dos problemas gigantescos que o mundo enfrenta. A era do neoliberalismo não trouxe recuperação econômica real. A renda dos mais pobres caiu e a dos ricos cresceu exponencialmente. O mundo nunca teve tantos bilionários como nos últimos 40 anos. Menos de 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta. A desigualdade só vem aumentando desde o início dos anos 80 e chegou ao ápice em 2015.

As elites festejaram nas últimas décadas como Thatcher quebrou a espinha do movimento sindical, reduziu de 65% para 53% a participação dos trabalhadores na renda nacional na Inglaterra. No Brasil, a agenda de Michel Temer – a famigerada "Ponte para o Futuro" gerou uma reforma trabalhista danosa que arrebentou as organizações sindicais brasileiras, golpeadas novamente com uma outra proposta de mudança na legislação trabalhista na era Paulo Guedes. Nem mesmo os industriais têm o que comemorar ao longo das últimas quatro décadas porque, em todo o mundo, as indústrias deixaram de ser o motor do capitalismo para se transformarem em dependentes dos centros financeiros, seja na City, em Londres, Wall Street, em Nova York, ou na Faria Lima, caso do Brasil. Só quem se saiu bem na Era de Ouro do Neoliberalismo foi o capital financeiro.

MENOS DE 1% DA POPULAÇÃO MUNDIAL CONCENTRA METADE DE TODA A RIQUEZA DO PLANETA

A influência da dupla Reagan e Thatcher resultou na quebra do pacto social do pós-guerra, desautorizando meio século de pensamento keynesiano e moldou o pensamento econômico de gerações de economistas para quem "a sociedade não existe, o que existe são os indivíduos". Foi isso que legitimou a ganância e o egoísmo das elites e a miséria dos excluídos. O modelo neoliberal só começou a ser desacreditado na virada do milênio e com a crise de 2008. Agora, pode ser velado por Joe Biden. •

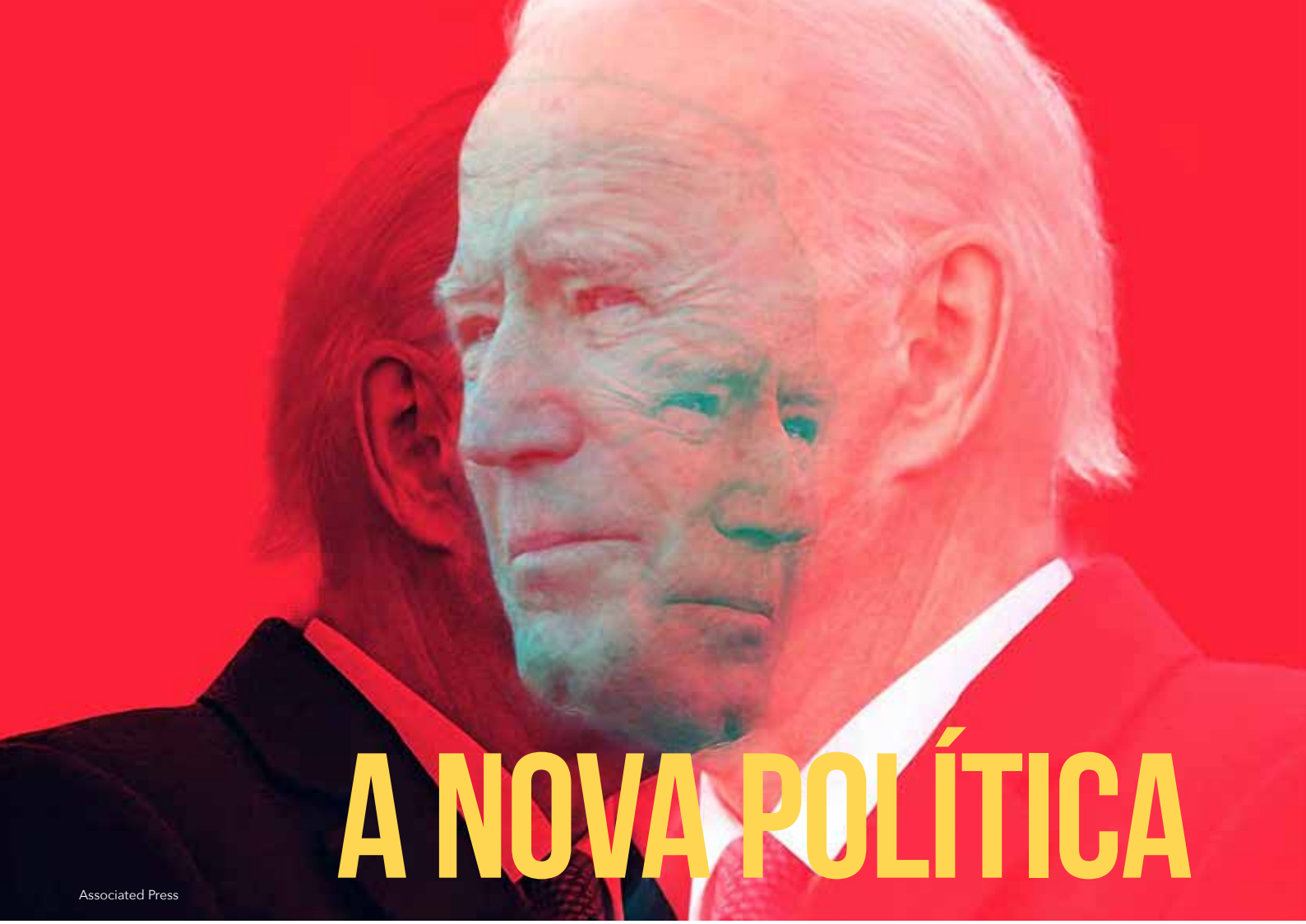
MORRE O PAI DO CONSENSO DE WASHINGTON

O economista John Williamson, especialista em assuntos relacionados à economia internacional e que viveu no Brasil no fim dos anos 1970, quando trabalhou na PUC do Rio de Janeir, morreu no domingo, 11, aos 83 anos. Foi ele quem cunhou o termo Consenso de Washington no final da década de 1980.

Inglês, nascido no Reino Unido em 1937, Williamson era casado com uma brasileira e fluente em português. Foi pesquisador do Peterson Institute for International Economics (PIIE), em Washington. Trabalho no Tesouro do Reino Unido, no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, na Universidade de Warwick (Reino Unido), na Universidade de York (Reino Unido) e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), além da Universidade de Princeton.

Williamson ficou famoso mundialmente pela elaboração do controverso receituário liberal que ficou conhecido como Consenso de Washington: uma lista de dez políticas que poderiam levar a América Latina ao desenvolvimento e que também eram amplamente aceitas por economistas de instituições como o FMI e o Banco Mundial. Foi um duro crítico do aumento dos gastos públicos durante o governo Lula.

Entre os pontos de sua receita estavam a defesa de déficits orçamentários pequenos o suficiente para serem financiados sem recorrer à inflação, o direcionamento de gastos públicos para áreas com retorno econômico ou que poderiam ampliar a distribuição de renda (saúde, educação e infraestrutura), e a liberalização financeira (taxas de juros determinadas pelo mercado), além de taxa de câmbio competitiva, fim de restrições ao comércio exterior, investimentos estrangeiros e privatização de estatais. •



Associated Press

A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA DE BIDEN PARA OS EUA

Se proposta de investimentos massivos do governo, que chegam a US$ 2,3 trilhões, tiver sucesso, e for aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, a Casa Branca vai por fim ao festival do planejamento tributário. E os ricos vão pagar mais

Por Nelson Barbosa

O governo Biden mais uma vez mostrou o caminho para sair da crise, confirmando o que vários economistas heterodoxos vêm dizendo, há décadas, nos EUA e por aqui. Aos números.

Depois de aprovar um "programa de resgate" de US$ 1,9 trilhão, focado em transferência de renda aos mais pobres e mais recursos para saúde e educação, Biden lançou um "programa de emprego" de US$ 2,3 trilhões no início do mês de abril.

O valor da segunda iniciativa se divide em: US$ 621 bilhões em infraestrutura de transporte (incluindo rede de energia para veículos elétricos), US$ 689 bilhões em habitação e serviços públicos (como saúde, educação e creches), US$ 578 bilhões em inovação e geração de empregos (política industrial e tecnológica) e US$ 400 bilhões para expandir e melhorar o cuidado de idosos e pessoas portadoras de necessidade especiais.

Somando os planos de resgate e emprego, o "Pacote Biden" está em US$ 4,2 trilhões. O valor parece alto, mas como o programa de emprego será distribuído em oito anos, seu impacto imediato na economia não é grande. Por esse motivo Biden já recebeu críticas da extrema-esquerda dos EUA, que desejava um valor maior.

Biden foi "comedido" no programa de emprego porque foi ousado no programa de resgate. O US$ 1,9 trilhão já aprovados pelo Congresso terá impacto maior em 2021-22, ajudando os EUA a sair rapidamente da crise.

A ideia do plano de emprego é suceder as ações de resgate, de modo crescente a partir de 2022, gerando sustentação econômica, social e política para um novo ciclo de desenvolvimento dos EUA. Por este motivo, o pacote Biden já seria revolucionário, mas tem mais.

Para pagar o aumento do gasto, Biden também propõe ampla revisão tributária, cobrando mais do "andar de cima". Rompendo a lógica de desoneração do capital que domina a política econômica desde 1980, Biden quer aumentar a tributação sobre o lucro das empresas e das famílias mais ricas, desfazendo parte da desoneração regressiva adotada por Trump.

BIDEN FOI "COMEDIDO" NO PROGRAMA DE EMPREGO PORQUE FOI OUSADO NO PROGRAMA DE RESGATE: OS US$ 1,9 TRI TERÃO IMPACTO MAIOR EM 2021 E 2022

Mais importante, o novo governo dos EUA discute que, acima de um valor anual mínimo, toda renda pessoal do capital seja taxada pela mesma alíquota de imposto de renda aplicada à renda do trabalho. E como se isso não fosse suficientemente progressista, Biden também quer alíquota mínima de imposto de renda sobre empresas, tanto sobre lucros domésticos (de 15%) quanto sobre lucros no exterior (de 21%).

Se a proposta tributária de Biden tiver sucesso (tomara que tenha), acabará o festival de planejamento tributário nos EUA, com efeito altamente positivo sobre todo o mundo ocidental.

Há 40 anos, o movimento Thatcher-Reagan gerou grande desoneração do capital, com aumento da desigualdade e volatilidade econômica, culminando na crise financeira de 2008 e estagnação econômica da década seguinte.

Agora, seja por demanda popular, seja por pressão da competição com a China, os EUA finalmente parecem se mover na direção contrária do neoliberalismo, adotando tributação mais progressiva e aumento do investimento público, com "pegada" ambiental e social.

Não sei se Biden terá sucesso. O plano de resgate já foi aprovado pelo Congresso, mas haverá oposição ferrenha de Wall Street e do Vale do Silício às iniciativas tributárias anunciadas nesta semana.

Torço e até rezo para que Biden prevaleça sobre a Faria Lima deles, pois isso melhorará a situação da maioria da população norte-americana e abrirá possibilidade de que outros países sigam o mesmo caminho. •

* Economista, foi ministro do Planejamento e da Fazenda nos governos Dilma Rousseff (2011-2016).

José Cruz

ARMADILHA PERIGOSA "Aqui você não tem o enfrentamento da pandemia. E, sem resolver a pandemia, não se resolve a economia. É uma falácia, é um equívoco", diz Mercadante

PAÍS É PRISIONEIRO DO ATOLEIRO BOLSONARO

Mercadante diz que a situação do governo é insustentável. A economia global está se recuperando, mas o país vai ficar para trás, preso na agenda regressiva do Planalto. Mas se Lula subir a rampa presidencial, um caminho de esperança se abre novamente para o Brasil

O ex-ministro Aloizio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo, é um otimista em relação ao horizonte. Acredita que a volta de Lula ao jogo político pode rearrumar o país e tirar a Nação do atoleiro em que se encontra por conta da agenda regressiva do ministro Paulo Guedes e do presidente Jair Bolsonaro. A economia global está decolando por conta do reposicionamento de China e Estados Unidos, mas o Brasil vai perder o bonde de 2021. "Vamos ter um clima de otimismo e novos negócios, mas o Brasil está prisioneiro nesse atoleiro que Bolsonaro o colocou", lamenta.

Somente com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2022, aumentam as chances do país sair do buraco em que se encontra. Dada a degradação política, econômica, social, sanitária e diplomática em que Bolsonaro enterrou o Brasil, Mercadante acredita que a experiência de Lula – assim como se viu com o americano Joe Biden – será essencial para formar consensos e restaurar a normalidade.

Em duas entrevistas na última semana – ao *Diário do Centro do Mundo* e ao *Vi o Mundo*, conduzidas, respectivamente pelos jornalistas Kiko Nogueira e Luiz Carlos Azenha – Mercadante explica que a dinâmica da economia mundial está mudando e que o novo boom das commodities em tese pode beneficiar o Brasil. O problema é que o país não irá sair do buraco este ano em função da armadilha do Orçamento – cortes em investimentos e redução dos repasses para programas sociais.

Na avaliação dele, a manutenção do governo Bolsonaro está ficando insustentável. Mercadante explica que não é possível pensar em recuperação econômica sem o enfrentamento da pandemia. E, como o governo Bolsonaro boicota o combate à Covid-19, com a falsa alegação de que é para ajudar a economia, a situação se tornou dramática.

"O mundo começa a se recuperar, principalmente os Estados Unidos pelo programa do presidente Joe Biden. Eles vão ter um crescimento muito forte. A China também está se recuperando. E as commodities importantes que o Brasil exporta, como minério de ferro e soja, cresceram 100% o valor em doze meses. É uma coisa extraordinária", resume.

"Então, é um ambiente muito favorável à recuperação e isso vai continuar, porque a economia mundial vai se recuperar e à medida que os países vacinam e que superam a pandemia, nós vamos ter um clima de otimismo e de novos negócios. Só que o Brasil está prisioneiro dessa situação", adverte. "Aqui você não tem o enfrentamento da pandemia. E, sem resolver a pandemia, não se resolve a economia. É uma falácia, é um equívoco. Não é resolver uma coisa ou outra, precisa resolver a pandemia para você atacar a recuperação econômica", explica. Ele lamenta que a vacinação no Brasil é tardia. "Está mal feita, mal organizada e mal planejada… É um desastre".

Mercadante avalia que haverá uma rápida recuperação da economia chinesa pós-pandemia. E lembra que, depois que Biden assumiu o poder nos Estados Unidos, a Casa Branca deu um cavalo de pau em relação à Covid. Já há sinais de forte recuperação da economia a médio prazo, que começou pela redução do desemprego. Infelizmente, o Brasil não faz parte deste trem. Ainda. Com a volta de Lula ao tabuleiro do jogo político, uma avenida se abre para o país recuperar a esperança e auto-estima. É Lula quem pode se apresentar como a retomada do desenvolvimento econômico com Justiça Social no Brasil. •

PAÍS NÃO IRÁ SAIR DO BURACO TAMBÉM EM FUNÇÃO DA ARMADILHA DO ORÇAMENTO MONTADA POR PAULO GUEDES, COM CORTES EM INVESTIMENTOS

Divulgação

Divulgação

CPI. PRESSÃO SOBRE BOLSONARO E OPOSIÇÃO COM PRESSA PARA APURAR

Bancada do PT cobra a abertura imediata da CPI no Senado para apurar a responsabilidade do governo federal na condução desastrosa da pandemia. "A comissão é urgente e podemos trabalhar de forma semipresencial", opina o líder da Minoria, Jean Paul Prates. O líder Paulo Rocha diz que este é o momento para investigar a omissão do Palácio do Planalto no momento em que o Brasil ultrapassa a marca de mais de 365 mil mortos vítimas da Covid-19

O Partido dos Trabalhadores tem pressa na instalação da CPI da Covid, a ser aberta pelo Senado Federal nos próximos dias para apurar a responsabilidade do governo federal na condução da pandemia. O país superou na quinta-feira passada, 15, a marca de 365 mil mortos e a bancada do PT quer a abertura dos trabalhos da CPI o mais breve possível.

"A CPI da Covid é urgente e podemos trabalhar de forma semipresencial, com protocolos rígidos e testagem dos senadores, funcionários e convocados", defende o líder da Minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN). "O funcionamento de forma virtual já teve sua eficiência comprovada. Não cabem desculpas para se atrasar as atividades da comissão".

O líder do PT, senador Paulo Rocha (PA), também reforça a posição. "Esse é o momento de investigar e trazer à tona todas as omissões que estão levando à morte milhares de brasileiros", declarou. "Os crimes do desgoverno Bolsonaro serão investigados".

De acordo com o senador Rogério Carvalho (PT-SE), a CPI pode jogar luz para a opinião pública em relação às ações e omissões do presidente Jair Bolsonaro ao expor a população brasileira ao novo coronavírus. "Essa CPI tem que guardar o foco: Bolsonaro defendeu a tese da imunidade de rebanho e, dolosamente, assumiu o risco das pessoas se contaminarem e morrerem", alertou.

O ex-ministro da Saúde no governo Lula, senador Humberto Costa (PT-PE), destacou que a responsabilidade do governo federal na condução desastrosa do enfrentamento da pandemia é reconhecida por especialistas e juristas. Não apenas no Brasil, mas em outras nações. "É consenso mundial que a gestão do governo Bolsonaro na pandemia é uma das piores do planeta", aponta. "Graças ao genocida, o país registra recordes de casos e mortes em sequência. A CPI vai apurar todos estes erros".

HARVARD: A FALTA DE COORDENAÇÃO NO COMBATE À COVID, ALIADA A MEDIDAS ERRADAS DO GOVERNO, LEVOU O BRASIL À TRAGÉDIA ATUAL NA PANDEMIA

Nesta semana, um estudo feito pela Universidade de Harvard aponta que foi a falta de coordenação nacional no combate ao coronavírus, aliada a uma série de medidas erradas por parte do governo federal, que levaram o Brasil a se tornar um dos países mais afetados pela pandemia de Covid-19. A conclusão do estudo foi publicado na revista Science, uma das publicações científicas mais respeitadas do mundo.

"No Brasil, a resposta federal (à pandemia) foi uma perigosa combinação de falta de ação com medidas erradas, incluindo a promoção da cloroquina como tratamento, apesar da falta de evidência", escrevem os pesquisadores, liderados por Marcia Castro, professora de demografia da Escola de Saúde Pública da universidade norte-americana. "A falta de uma resposta coordenada, efetiva e igualitária serviu de combustível para a propagação do vírus SARS-Cov-2", acrescentam.

Para chegar às suas conclusões, os autores do estudo analisaram dados de infecções e óbitos das Secretarias Estaduais de Saúde para reconstituir como o novo coronavírus se espalhou pelo Brasil. Assim, eles recriaram a evolução da Covid-19 no território nacional ao longo de 2020 e começo de 2021. •

GOVERNO NÃO TERÁ MAIORIA

A CPI da Pandemia, a ser instalada pelo Senado, terá 11 titulares. Parlamentares vão decidir se as sessões serão presenciais, remotas ou híbridas.

A composição até agora mostra que o governo tem minoria no colegiado. A maioria é independente e próxima à oposição: Renan Calheiros (MDB-AL), Otto Alencar (PSD-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). A oposição tem dois nomes: Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Já o governo tem quatro próximos: Ciro Nogueira (PP-PI), Jorginho Mello (PL-SC), Eduardo Girão (Pode-CE) e Marcos Rogério (DEM-RO). Outros dois são tidos como menos próximos: Eduardo Braga (MDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM). Ambos são do Amazonas e têm interesse nas investigações que vão apurar responsabilidades pela tragédia em Manaus.

NA ONU, CRÍTICAS PELA CRISE SANITÁRIA

O presidente Jair Bolsonaro foi criticado e responsabilizado pela crise sanitária que vive o Brasil. Numa audiência na quinta-feira, 15, no Parlamento Europeu, deputados avaliaram a situação do país e apresentaram questões ao embaixador do Brasil na União Europeia, Marcos Galvão. Mas insistiram que a crise é resultado de decisões políticas por parte do governo.

A audiência ocorreu num momento em que, no Brasil, a perspectiva de uma CPI começa a deixar o Palácio do Planalto preocupado. Na Europa, porém, a realidade é de que o Brasil representa uma ameaça sanitária global. O encontro resultou num debate. De acordo com o jornalista Jamil Chade, correspondente em Genebra, apesar de não servir como parâmetro para uma votação, o sinal serve para medir o impacto e repercussão da crise nacional, além dos questionamentos internacionais.

Uma das deputadas mais críticas é a alemã Anna Cavazzini, eurodeputada pelo Partido Verde e vice-presidente da delegação do Parlamento Europeu para assuntos relacionados ao Brasil. "O que ocorre no Brasil é uma tragédia. Mas poderia ter sido evitada e baseada em decisões políticas equivocadas", disse.

Cavazzini cobrou respostas sobre a morte de indígenas e o fracasso nas políticas públicas do governo brasileiro, além de questionar o que o governo vai fazer para lidar com a fome. "A Covid-19 virou uma crise social, com pessoas indo para cama com fome. O que o governo vai fazer sobre isso?", questionou.

A eurodeputada cobrou para onde irá o dinheiro destinado pela UE para o Brasil. "Se Bolsonaro nega a crise e coloca medidas que impedem a ação contra a pandemia, para onde é que o dinheiro vai?", questionou.

O eurodeputado Miguel Urban Crespo, do partido de esquerda Podemos, foi ainda mais duro. "Bolsonaro declarou guerra aos pobres, à ciência, à vida e à medicina", advertiu. Segundo o parlamentar, a crise "tem causa política e tem um responsável".

"Vamos dizer claramente: a necropolítica de Bolsonaro é um crime contra a humanidade e contra o povo brasileiro", disse. Para Crespo, é uma "autêntica vergonha" a União Europeia continuar negociando um acordo comercial com o Mercosul.

"Hoje o Brasil é o epicentro da pandemia. O país tem 3% da população mundial, mas tem 12% das mortes e 10% dos contágio", disse. Fundadores do Podemos, o deputado disse que o Brasil está "à beira de um colapso" e o ritmo de vacinação é dez vezes mais baixo que sua capacidade. Ele criticou ainda as leis no Brasil que autorizam o setor privado a adquirir vacinas. "Isso vai encarecer o preço das doses", alertou.

A eurodeputada Clara Aguilera também criticou leis aprovadas que permitem compras privadas de vacinas. "Isso vai afetar a todos", advertiu. E questionou se o auxílio emergencial seria suficiente, ou apenas "mais marketing que realidade". O deputado Leopoldo Lopez Gil também falou em "tragédia terrível" no Brasil. •

OAB APONTA CRIMES DE BOLSONARO

Uma comissão criada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para analisar medidas de enfrentamento à pandemia concluiu que Jair Bolsonaro praticou crimes de responsabilidade, contra a humanidade e de homicídio e lesão corporal por omissão imprópria. Entre outros pontos, o grupo destaca que o presidente da República descumpriu o seu dever de zelar pela saúde pública e, ao mesmo tempo, tentou impedir que medidas adequadas ao combate da Covid-19 fossem tomadas.

O grupo de juristas é liderado pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto e composto por outros nove juristas e advogados. O parecer da comissão foi encaminhado para o Conselho Federal da OAB e para os representantes das seccionais estaduais.

Em relação ao crime de responsabilidade, o que permitiria um impeachment, os juristas ressaltam que Bolsonaro atentou contra a Constituição. O presidente não só violou o seu dever de zelar pela saúde pública, previsto no artigo 23 do texto constitucional, como criou obstáculos à sua efetivação.

Um exemplo, segundo a comissão, foi o veto a 25 dispositivos da lei que estabelece obrigatoriedade do uso de máscaras em locais fechados em que possa ocorrer aglomeração.

Sobre a identificação de homicídio e lesão corporal, os juristas argumentam que Bolsonaro elevou o risco de morte para pessoas pertencentes a grupos vulneráveis e que milhares de vidas teriam sido preservadas, se o presidente "tivesse cumprido com o seu dever constitucional de proteção da saúde pública". •

CPI E IMPEACHMENT DO PRESIDENTE

Por Elvino Bohn Gass *

Chegou a hora de esclarecer definitivamente a sucessão de crimes cometidos por Jair Bolsonaro na condução da política de combate à pandemia de Covid-19 no país. Por omissão, irresponsabilidade, negacionismo e preconceito ideológico do capitão-presidente e de seu governo, o Brasil tornou-se campeão mundial de mortes diárias pelo novo coronavírus, já superando 365 mil vítimas fatais.

Sua responsabilização deve ficar clara, com a CPI da Covid no Senado e, se possível, com outra na Câmara dos Deputados. A oposição – PT, PCdoB, PSB, PSOL, Rede, PDT e Cidadania – está em articulação para criar a segunda CPI.

Há muitas e estarrecedoras dúvidas a esclarer, como a possível ação deliberada de Bolsonaro para deixar a doença se espalhar em nome de uma suposta "imunização de rebanho", levando o Brasil ao caos sanitário atual. Ou o real motivo de sua defesa ferrenha de medicamentos sem eficácia contra o novo coronavírus, como um vermífugo e a cloroquina, produto que as Forças Armadas produziram e fizeram estoque para durar décadas, gastando milhões do dinheiro público.

É inadmissível o Brasil não ter hoje vacinas contra o coronavírus para imunizar maciçamente toda a população. Por puro e simples negacionismo de Bolsonaro, que no ano passado tachou de "gripezinha" a Covid-19, o plano nacional de imunização está além do que deveria estar, levando à saturação do sistema de saúde e ao número macabro de mortes. A CPI vai investigar por que somos o 75º país mais atrasado no mundo em número de vacinas aplicadas para cada 100 habitantes.

O Brasil, com a irresponsável conduta do atual presidente e de seus ministros, ficou sem acesso a, pelo menos, 700 milhões de vacinas, se no ano passado não estivesse intoxicado pelo preconceito ideológico e, por conta disso, negligenciado a tragédia, inclusive com provocações a parceiros estratégicos produtores do imunizante.

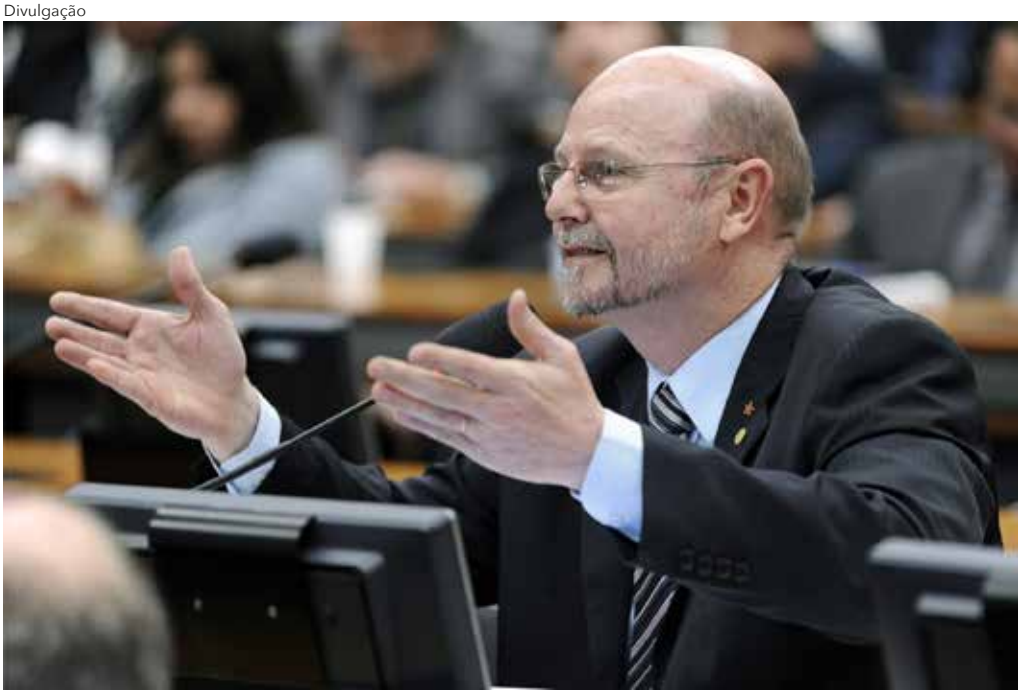
Faltaram (ainda faltam) insumos, oxigênio, não houve política para evitar aglomeração de pessoas e Bolsonaro adotou (ainda adota) atitudes contrárias às medidas implementadas por estados e municípios para conter a Covid-19 e evitar as mortes. Pior, ainda tenta livrar-se da responsabilidade pela tragédia que próprio fomentou, jogando a culpa sobre governadores e prefeitos.

Além das CPIs, já passa da hora de se ter iniciado o processo de impeachment de Bolsonaro. Os partidos de oposição, com diferentes movimentos sociais, sindicais e entidades da sociedade civil, articulam para unificar as mais de cem propostas de impeachment do militar-presidente. O Brasil não aguenta mais! É preciso interditar esse governo genocida. Não podemos perder mais tempo e, sobretudo, vidas. A única solução para o País é ter um governo comprometido com a vida, a geração de empregos e renda, o meio ambiente e a soberania nacional. •

* Deputado federal pelo Rio Grande do Sul e líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados

POR CAUSA DA IRRESPONSÁVEL CONDUTA DO GOVERNO, O BRASIL FICOU SEM ACESSO A PELO MENOS 700 MILHÕES DE VACINAS

Divulgação



Roberto Stuckert Filho

DILMA: "O PAÍS ESTÁ À DERIVA EM UM OCEANO DE FOME E DOENÇAS"

Em entrevista ao jornal inglês *The Guardian*, a ex-presidenta aponta que a resposta 'genocida' de Bolsonaro à Covid levou o país à catástrofe e diz que o impeachment fraudulento dela, há 5 anos, abriu espaço para a ascensão da extrema-direita ao poder

Por Tom Phillips | The Guardian

A resposta perversa e "genocida" de Bolsonaro a um dos mais mortíferos surtos de Covid do mundo deixou o Brasil "à deriva em um oceano de fome e doenças", diz a ex-presidenta Dilma Rousseff. Em declarações ao jornal The Guardian – enquanto o número de mortes por coronavírus no Brasil atingia níveis devastadores, com mais de 12.000 mortes nos últimos dias – Dilma Rousseff disse que seu país enfrenta talvez o momento mais grave de sua história.

"Estamos vivendo uma situação extremamente dramática no Brasil porque não temos governo, nem administração da crise", disse. A ex-guerrilheira de esquerda foi presidente por pouco mais de cinco anos até seu polêmico impeachment em 2016.

"Estamos vendo 4.200 mortes por dia agora e tudo sugere que, se nada mudar, chegaremos a 5.000…", lamenta. "No entanto, há uma normalização absolutamente repulsiva dessa realidade em andamento. Como você pode normalizar as 4 mil mortes registradas diariamente?", questionou a ex-presidenta, quando o número oficial de mortos no Brasil chegou a mais de 345.000, perdendo apenas para os EUA.

A primeira mulher presidente do Brasil, como um número crescente de cidadãs, acredita que grande parte da culpa é de Bolsonaro, um populista de extrema direita cuja resposta anticientífica ao que ele chama de "gripezinha" o tornou um bicho-papão internacional.

Pesquisas de opinião e protestos barulhentos sugerem crescente revolta pública contra o político admirador de Trump, eleito em 2018 depois que o mentor de Dilma, o ex-presidente Lula, foi preso e impedido de concorrer por um juiz que mais tarde ingressou no gabinete de Bolsonaro.

Dilma afirma que a sabotagem de Bolsonaro dos esforços de contenção e vacinação, a recusa em ordenar um bloqueio e a falha em oferecer apoio econômico adequado aos pobres contribuíram para uma tragédia de "proporções catastróficas".

"Não estou dizendo que o Brasil não teria sofrido mortes [com uma resposta diferente]… Todos os países sofreram", disse. "Estou dizendo que parte do nível de mortes aqui se deve fundamentalmente a decisões políticas incorretas, que ainda estão sendo tomadas".

HÁ UMA NORMALIZAÇÃO ABSOLUTAMENTE REPULSIVA DA REALIDADE. COMO PODEMOS NORMALIZAR AS 4 MIL MORTES DIARIAMENTE?

O colapso do Brasil também é uma ameaça internacional. "A ausência de um combate efetivo à pandemia [no Brasil] leva a algo gravíssimo: o surgimento das chamadas novas variantes, que são altamente infecciosas e aumentaram o número de mortes nos países vizinhos", afirma Dilma Rousseff, apontando sobre como os vizinhos sul-americanos estavam fechando suas fronteiras por medo da variante P1, mais contagiosa, que surgiu na Amazônia brasileira.

Muitos críticos agora argumentam que as ações de Bolsonaro equivalem a "genocídio". E Dilma Rousseff diz que ela está entre eles. "Eu uso essa palavra. O que caracteriza o ato de genocídio é quando você desempenha um papel deliberado na morte de uma população em grande escala ", disse a senhora de 73 anos de sua casa em Porto Alegre, uma das muitas cidades onde hospitais e médicos ficaram sobrecarregados, forçados a brincar de Deus.

"Não é a palavra [genocídio] que me interessa – é o conceito. E o conceito é este: responsabilidade por mortes que poderiam ter sido evitadas".

Na quinta-feira passada, 8, a Suprema Corte do Brasil ordenou uma investigação pelo Congresso sobre a conduta do governo – uma medida chocante que os especialistas avaliam como um grande golpe em Bolsonaro, que ainda conta com o apoio de cerca de um terço dos eleitores, mas enfrenta níveis recordes de rejeição.

O desastre do Brasil – que está sendo turbinado pela variante P1 – deve se aprofundar ainda mais nos próximos dias. Mais de 66.000 vidas de brasileiros foram perdidas para a Covid em março. O número de mortos em abril deve ultrapassar 100.000. Na sexta-feira, o conselheiro sênior da Organização Mundial da Saúde, Bruce Aylward, chamou o surto de "um inferno furioso".

"É desesperador. Para ser honesto, não consigo dormir direito. Vou para a cama com esses números e simulações na cabeça e simplesmente não consigo pensar direito", disse Miguel Nicolelis, um cientista proeminente cujas projeções sombrias sobre o surto foram repetidamente confirmadas.

"Os EUA tiveram um dia com mais de 5.000 mortes e vamos

ultrapassar os EUA – no número de mortes diárias e provavelmente no número total de fatalidades também", previu Nicolelis. "Vamos começar a ver corpos amontoados em nossas clínicas de saúde e pessoas morrendo nas ruas em breve na maior cidade do Brasil", disse ele sobre São Paulo, pedindo um mês de bloqueio e o fechamento de estradas, aeroportos e rios.

Dilma Rousseff também pede um fechamento imediato, embora Bolsonaro venha rejeitando repetidamente essa ideia, aparentemente temendo que prejudique a economia e suas esperanças de reeleição em 2022. "Não haverá bloqueio nacional", insistiu Bolsonaro durante uma viagem ao sul do Brasil neste semana.

Falando fora de sua residência na terça-feira, Bolsonaro, 66, ignorou as críticas. "[Eu fui chamado] de homofóbico, racista, fascista, um torturador... Agora sou genocida", ele sorriu . "Existe alguma coisa pela qual eu não sou culpado no Brasil?"

Dilma concorda que Bolsonaro não é o único culpado pela calamidade Covid que abalou seu país e o mundo. Ela também responsabiliza as elites econômicas, chefes militares, magnatas da mídia e políticos que ajudaram os extremistas de direita a ganhar o poder apoiando sua destituição do cargo e depois aplaudindo a queda de Lula e a ascensão de Bolsonaro. Líderes mundiais, incluindo Donald Trump, também lidaram com a pandemia de forma desastrosa.

"As pessoas terão que ser responsabilizadas pela catástrofe que foi engendrada no Brasil", afirma Dilma Rousseff, mapeando suas atuais tribulações até sua suspensão do cargo há exatamente cinco anos por supostamente manipular o orçamento para mascarar o mal-estar econômico.

"O Bolsonaro é um produto deste... pecado original: o impeachment", diz ela sobre o que seus partidários chamam de "golpe". Naquele domingo, em 16 de abril de 2016, Bolsonaro, então um obscuro congressista, foi um dos 367 deputados que aprovaram o impeachment durante sessão indisciplinada em que dedicou seu voto a um torturador da ditadura que supervisionava os abusos de rebeldes esquerdistas como ela.

O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO É UM PRODUTO DESTE PECADO ORIGINAL: O IMPEACHMENT SEM CRIME DE RESPONSABILIDADE, APROVADO EM 2016 PELO CONGRESSO

Naquela época, Dilma afirma que nunca imaginou que Bolsonaro um dia se tornaria presidente. Ela também não conseguia imaginar o Brasil enfrentando a emergência de hoje sob uma liderança mais inadequada. "A realidade é pior do que qualquer coisa que eu poderia ter imaginado. É como se estivéssemos à deriva. Estamos à deriva em um oceano de fome e doenças... É realmente uma situação extrema que estamos testemunhando no Brasil". •

TCU INOCENTA DILMA NO CASO DA COMPRA DE PASADENA

Após quase sete anos de análise, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu na quarta-feira, 14, que a ex-presidenta Dilma Rousseff e outros ex-integrantes do Conselho de Administração da Petrobrás não devem ser responsabilizados pela compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. A decisão, unânime, além de Dilma, tirou do rol de responsáveis pelo prejuízo bilionário da estatal o ex-ministro Antonio Palocci e os ex-conselheiros Fábio Colletti Barbosa, Claudio Luis da Silva Haddad e Gleuber Vieira.

O plenário acompanhou o voto do ministro relator, Vital do Rêgo. A área técnica do TCU. A corte de contas considerou que os conselheiros tomaram a decisão de adquirir a refinaria com base em informações encaminhadas pela diretoria executiva da Petrobras, responsabilizada pelo TCU do prejuízo provocado pela operação.

"Não há razoabilidade em igualar responsabilidades entre aqueles que agiram com deslealdade com os outros envolvidos, cuja má-fé não ficou demonstrada nesses autos tampouco nas outras instâncias em que se apura o caso Pasadena", disse o relator. "Com um volume extenso de informações complexas, há de se diferenciar a atuação esperada da diretoria e do conselho de administração", completou. "Fez-se Justiça", apontaram em nota os advogados de Dilma, José Eduardo Cardozo e Walfirdo Warde. •

Divulgação

UM DEBATE PARA A VIDA DE TODOS E A SAÚDE DO PLANETA

Há duas emergências: a da pandemia e a das mudanças climáticas. É desejável que os países se oponham tanto à instrumentalização geopolítica da luta contra a pandemia quanto àquela pelo meio ambiente equilibrado

Por Marcelo Zero *

Há, hoje, duas grandes emergências planetárias: a emergência da pandemia e a emergência das mudanças climáticas. Combinadas, ambas ameaçam a vida da humanidade e a saúde da Terra.

Ambas, por óbvio, demandam soluções globais e negociadas para seu eficaz e correto enfrentamento. As duas também não podem prescindir de avançado conhecimento científico-tecnológico para serem contornadas.

Entretanto, tal conhecimento está muito concentrado em países mais desenvolvidos, que têm condições de fazer investimentos robustos nessas áreas e expertise acumulada.

Seria de se esperar, por conseguinte, que tais países estivessem dispostos a compartilhar tal conhecimento, em nível mundial, para que essas emergências pudessem ser eficazmente superadas.

Não é, porém, o que acontece. No caso da pandemia, há uma clara instrumentalização geopolítica das vacinas.

Os EUA, em particular, preocupados com o crescente protagonismo de alguns países do BRICS, como China e Rússia, nesse tema, querem se contrapor a tal influência, usando suas tecnologias como moeda política de troca.

Ao mesmo tempo, EUA e aliados, como o Brasil, se opõem à proposta da Índia e de África do Sul na OMC, a qual tem o intuito de suspender todos os direitos de propriedade intelectual inseridos no TRIPS, relativos ao combate à pandemia do Covid-19.

Eles querem defender os interesses das grandes companhias farmacêuticas e suas tecnologias proprietárias, de forma a intentar manter seu domínio econômico e político, no cenário mundial.

Tudo isso em detrimento da vida da grande maioria dos habitantes do planeta e da posição fundamentada da OMS.

O mesmo ocorre na área ambiental. Seria de extrema relevância para a saúde do planeta que as tecnologias "limpas" destinadas à redução das emissões de gases do efeito-estufa fossem também amplamente compartilhadas, de maneira a se evitar efeitos irreversíveis no clima da Terra, o que afetaria toda a humanidade.

Mas, assim como na área da saúde, na área ambiental também se verifica a instrumentalização geopolítica das tecnologias.

O governo Trump, negacionista e terraplanista em todas as áreas, abandonou totalmente a luta ambiental, tanto interna quanto externamente. Isso permitiu que a China ocupasse, no cenário internacional, o vácuo deixado pelos EUA. Hoje, a China é o país que mais investe em tecnologia ambiental e o que mais realizou acordos de cooperação, nessa área estratégica.

Em sentido contrário, o governo Biden assumiu como missão empenhar-se na constituição de um New Green Deal, capaz de, ao mesmo tempo, recuperar a economia dos EUA e contribuir com o combate às mudanças climáticas. A ideia é que a economia dos EUA tenha emissão zero até 2050.

Não obstante essas boas intenções manifestas, tal missão de Biden embute também a estratégia geopolítica de deslocar a China da liderança, nesse campo. Na realidade, o governo dos EUA pretende usar desse tema sensível para tentar reafirmar seu protagonismo no mundo.

Nessa tentativa, valerá impor sanções comerciais e econômicas contra países que não "respeitem seus compromissos internacionais relativos ao meio ambiente" ou que se aliem a China e outros países do BRICS. Países "não cooperativos" poderão, ainda, ser isolados em negociações ambientais e comerciais. Ademais, poderão ser excluídos de quaisquer ajudas financeiras.

APESAR DO 'NEW GREEN DEAL', BIDEN ADOTA A ESTRATÉGIA DE DESLOCAR A CHINA. OS EUA PRETENDEM REAFIRMAR SEU PROTAGONISMO NO MUNDO

Ora, isso poderá criar um duplo problema para países em desenvolvimento: além de não poderem cumprir com seus compromissos ambientais, eles poderão ser prejudicados em seu desenvolvimento econômico e social, o que, por sua vez, contribuirá para manter economias ambientalmente "sujas", criando um círculo vicioso de difícil reversão.

É desejável, por conseguinte, que esses países se oponham tanto à instrumentalização geopolítica da luta contra a pandemia quanto à instrumentalização da luta pelo meio ambiente equilibrado. Tanto em ações internas quanto em ações internacionais.

Nesse sentido, seria conveniente introduzir alteração na nossa lei de patentes (Lei nº 6.279, de 1996), com o objetivo de estipular que as tecnologias destinadas ao combate à pandemia e também à redução de emissões de gases do efeito-estufa, ou à persecução do equilíbrio ambiental, sejam consideradas de interesse público, o que complementaria, de forma mais assertiva e ampla, iniciativas como a do Senador Paulo Paim.

Desse modo, se pavimentaria o licenciamento compulsório de tecnologias estratégicas para o Brasil e para o mundo.

Embora tal licenciamento não possa ser encarado isoladamente como uma panaceia, ele poderia, combinado com medidas adicionais, como investimentos robustos em ciência e tecnologia, produzir importantes efeitos econômicos, sociais, sanitários e ambientais, no médio e longo prazo.

Caso tivéssemos um governo comprometido com os verdadeiros interesses nacionais, o Brasil, além de apoiar a iniciativa da Índia na área sanitária, poderia liderar, na OMC e em outros foros, luta semelhante, em relação à área ambiental.

Não temos. Mas temos outras instituições e lideranças que poderiam, ao menos, fazer esse imprescindível debate. Um debate em nome da vida de todos e da saúde do planeta. •

* Sociólogo, é especialista em Relações Internacionais e membro do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI). É assessor da Liderança do PT no Senado Federal.

AFP

ESTRATÉGIAS DE DESTRUIÇÃO DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

Bolsonaro recorre ao discurso racista e atenta contra as políticas públicas em ação antipopular. O governo extinguiu do Orçamento da União os recursos para as políticas de promoção da igualdade racial e superação do racismo

Por Nilma Lino Gomes e Givânia da Silva *

Um olhar focado na população negra em tempos de pandemia revela a alta taxa de letalidade que recai sobre os pobres e, com maior contundência, sobre as pessoas negras (pretos e pardos) e pobres. Essa realidade não pode ser compreendida como uma simples coincidência da relação entre pobreza e raça. Ela é uma perversidade histórica e estrutural ativamente produzida que, no contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária, revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado.

O Movimento Negro e o Movimento Quilombola continuam denunciando o descompromisso do Estado em relação aos efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a população negra e ajudam a comunidade negra a compreender os seus direitos em tempos de crise sanitária. Desenvolvem, também, ações de solidariedade e partilha.

É importante refletir sobre como o Golpe de 2016 representa um marco de aprofundamento desumano do quadro geral do descompromisso dos governos com a população negra, pobre e periférica. A atuação do presidente Jair Bolsonaro desde quando ainda era deputado federal, por meio dos seus depoimentos racistas, machistas, homofóbicos, fascistas e agora, como chefe da Nação, não gera surpresa.

A situação da população negra e pobre brasileira se agrava ainda mais quando refletimos especificamente sobre a paulatina destruição das políticas de igualdade racial. Podemos compreendê-la como parte de uma cronologia da destruição do público e da democracia.

Essa destruição se constitui no alicerce da perpetuação do racismo, um fenômeno perverso que produz efeitos devastadores em nosso país e alimenta o genocídio da população negra em curso.

Uma das formas de o racismo se alicerçar e ganhar espaço no cotidiano, nas práticas e na política é por meio da propagação dos discursos de ódio racial. O funcionamento discursivo produz, modifica, molda subjetividades. E ao fazer isso, conforma identidades.

Seja por meio de narrativas ou de gestos os discursos de ódio que afloraram, no Brasil, sobretudo após a ascensão da extrema direita ao poder são, também, práticas sociais. Caminham junto com o ódio e violência. E é isso que temos assistido quando acompanhamos a trajetória de Bolsonaro desde quando atuava como deputado federal.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e a Terra de Direitos realizaram levantamento dos discursos racistas proferidos por autoridades públicas no Brasil entre 2019 e 2020. As eleições de 2018 escancaram um alto nível de violência racial no debate político enquanto ferramenta adotada por autoridades públicas.

Foram levantados casos relevantes de discursos de ódio racial por parte das autoridades públicas presentes nas notícias dos principais órgãos de comunicação, notícias postadas na internet e redes sociais. Construiu-se, a partir desse material uma amostra de casos ilustrativos dos discursos racistas das autoridades públicas brasileiras de 1° de janeiro de 2019 a 30 de novembro de 2020.

Diz o levantamento sobre o período: "O maior número de ocorrências registradas teve como ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento do Governo Federal (ministros, secretários e presidentes de autarquias), com 29% do casos". E continua: "Em seguida, estão discursos do presidente da República computando 23% dos casos". O levantamento ainda registra deputados estaduais, com 21% das citações; deputados federais, com 11%; vereadores, com 9%; membros do sistema de Justiça (juízes e procuradores), com 5%. O vice-presidente Hamilton Mourão surge com 2%.

Os dados apontam para uma disseminação do uso do discurso racista entre as autoridades públicas brasileiras, sendo reproduzido por representantes políticos nos três níveis (federal, estadual e municipal). É possível apontar para a ocorrência de uma espécie de efeito manada: o uso do discurso racista por algumas autoridades acaba por legitimar e encorajar a disseminação do ódio racial através do discurso por outras autoridades. Um realidade reforçada pelo fato de que em uma boa parte dos casos, não há aplicação de medidas de responsabilização eficazes".

Discurso de ódio racial e ação política: estratégias de destruição

Podemos observar no levantamento realizado o lugar ocupado pelo presidente na propagação de discursos de ódio. Mas quando esse discurso e ação política se transformam em estratégia de destruição das políticas de igualdade racial, no Brasil?

A resposta é: quando inviabilizam que o combate ao racis-

mo seja uma política de Estado. E uma das formas de realização desse intento é retirando-o da pauta do Orçamento. Ou seja, sem recursos orçamentários nenhuma política pública consegue ser efetivada. Ela pode até figurar como uma secretaria dentro de um ministério, como é o caso da atual Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, mas não terá poder de realizar nenhuma ação efetiva que garanta direitos para a população negra em nosso país.

Essa é a forma racista de fazer política por meio da qual o governo Bolsonaro age. Cada live, gesto, piada de caráter racista e fascista do presidente e seus asseclas palacianos têm a sua concretização por meio da exclusão do combate ao racismo da agenda e da prática do governo federal.

Essa realidade é comprovada no estudo "Um país sufocado – Balanço do Orçamento Geral da União 2020", publicado em 4 de abril de 2021 pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O relatório aponta que as políticas públicas específicas para comunidades quilombolas ou de igualdade racial no Plano Plurianual (PPA) 2020–2023 inexistem.

Mesmo assim, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial continua a figurar no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assim como o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Na realidade são órgãos que não mais representam os coletivos sociais e raciais para os quais foram criados em tempos democráticos.

HÁ UM DISCURSO RACISTA SENDO REITERADAMENTE PRATICADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E POR OUTRAS AUTORIDADES DO GOVERNO

O estudo ainda aponta que o governo Bolsonaro extinguiu o Programa 2034: Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, que não recebeu nenhum real em 2020. Em 2019, tinham sido destinados R$ 10,3 milhões. O Ministério da Mulher chegou ao final do ano passado deixando de gastar 70% do recurso autorizado. Dos R$ 120,4 milhões previstos, usou R$ 35,4 milhões.

A partir de 2020, uma vez extinto do Plano Plurianual (PPA), o governo passou a executar somente restos a pagar de anos anteriores, no valor de R$ 2,4 milhões. Essa exclusão trouxe sérias consequências para os direitos da população negra, em especial aos povos quilombolas e as comunidades tradicionais.

As políticas de igualdade racial foram inseridas no Plano Plurianual dos governos do PT. Essa inserção ratificou sua importância e possibilitou maior transparência e controle social das ações realizadas. Garantiu, também, a sua legitimidade em dois aspectos: como política transversal, trazendo a especificidade da igualdade racial para as políticas dos outros ministérios e como política estrutural, com orçamento próprio e ações específicas realizadas pela Seppir.

Lutar contra o racismo é lutar pela vida com direitos. A destruição das políticas de igualdade racial insta-nos ainda mais a reconstruir e transformar o Brasil por meio de uma democracia radical que seja anticapitalista, antineoliberal, antirracista, antifascista, antipatriarcal e antiLGBTfóbica. •

* Professora titular Emérita da UFMG, é doutora em Antropologia Social/USP, pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR, foi ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff.
** Givânia da Silva é professora e pesquisadora quilombola, sendo mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação e doutoranda em Sociologia da UNB

PRESIDENTE BOQUIRROTO EXALA PRECONCEITOS

Mesmo antes de assumir a Presidência, o capitão do Exército é um colecionador de frases preconceituosas contra negros, mulheres e índios. Relembre episódios

"Com toda a certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós"
Janeiro de 2020

"O Hélio vai para a China comigo. Eu falei: 'Tem algum problema? É só você fazer assim [puxando as pálpebras para os lados] que ninguém vai te achar na multidão'"
Outubro de 2019 sobre o deputado Hélio Lopes, que é negro

"Daqueles governadores de paraíba, o pior é o do Maranhão [Flávio Dino, do PC do B]. Tem que ter nada com esse cara"
Em jullho de 2019, em conversa com o então ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, durante café da manhã com jornalistas

"O índio é um ser humano igual a nós, não é para ficar isolado em uma reserva como se fosse um zoológico"
Em julho de 2019, durante evento do Exército no Rio

"Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais"
Em Abril de 2017, em palestra no Clube Hebraica, no Rio

"Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada e aí veio uma mulher"
Em abril de 2017, na mesma palestra, no Rio

"Quem aprisionava negro na África não era branco, era o próprio negro. Quem caçava negro aqui, na maioria das vezes, era o próprio negro. Quem escravizou o negro aqui [no Brasil], segundo o Mister Catra, ele fala isso aí. Essa questão de racismo no Brasil (...) é não discutindo este assunto".
Em 2017, durante entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*

O QUE DIZ A LEI

Racismo

A Lei 7.716, de 1989, que dispõe sobre os crimes de discriminação, considera racismo o ato amplo de preconceito, que atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos. A maioria das situações descritas na lei envolve condutas como impedir alguém de frequentar um estabelecimento ou negar emprego por causa da cor da pele. As punições variam conforme o ato, mas vão de 1 a 5 anos de reclusão. O artigo 5°, inciso XLII, da Constituição Federal afirma: racismo é crime inafiançável e imprescritível.

Injúria racial

Previsto no Código Penal, o crime consiste em "injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro" (pena de multa e detenção de um a seis meses). Quando a ofensa faz referências a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou com deficiência, a pena é aumentada (o tempo máximo de reclusão passa para três anos).

Decoro

A Lei 1.079, de 1950, que tipifica o impeachment, define como crime de responsabilidade todos os "atos do presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal", especialmente contra a probidade na administração e outros pontos. E, entre os crimes contra a probidade na administração, está "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo". •

Reprodução/TV Senado

FLAGRA O assessor de Bolsonaro, Felipe Martins, faz no Senado um gesto identificado com supremacistas brancos dos EUA: a letra P, de poder, e W, de "white" – branco, em inglês: poder branco. Senado aprovou moção de censura

UM SUPREMACISTA BRANCO NO PALÁCIO DO PLANALTO

Assessor de Bolsonaro fez gesto associado a grupos racistas dos EUA no Congresso Nacional. Senado aprovou voto de censura a Filipe Martins, consultor para assuntos internacionais na Presidência, ele foi denunciado pelo MPF e segue prestigiado no cargo

No coração do governo de Jair Bolsonaro, em pleno Palácio do Planalto, um assessor internacional do presidente foi o protagonista de uma cena inimaginável no Brasil – o país com a maior população negra fora do continente africano. Durante sessão ocorrida em março, Filipe Martins, assessor especial da Presidência da República, fez um gesto associado a supremacistas brancos durante discurso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Ele virou alvo de notícia-crime por racismo pelo Ministério Público Federal. E o PT anunciou medidas legais contra o racismo do governo.

O episódio ocorreu durante sessão que cobrava esclarecimentos do então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre iniciativas da pasta no combate ao Covid-19. Por conta disso, o Senado aprovou moção de censura a Martins.

"O senhor Filipe Martins comportou-se de forma completamente inadequada, desrespeitosa e quiçá criminosa enquanto o presidente desta Casa, o senador Rodrigo Pacheco, proferia seu discurso de abertura", justificou o senador Fabiano Contarato (Rede-ES). O gesto capturado pelas câmeras da TV Senado e transmitidos para todo o mundo, remonta à sigla WP, que significa 'White Power' ou, em português, 'Poder Branco'.

O gesto tem sido replicado por membros de grupos de extrema direita e por simpatizantes do movimento supremacista branco em protestos e redes sociais pelo mundo. A Liga Antidifamação, organização que monitora crimes de ódio, confirmou que o gesto é uma verdadeira expressão da supremacia branca.

Pacheco determinou que a Polícia Legislativa apure o caso. A imprensa chegou a denunciar sua demissão pelo Palácio do Planalto, mas o ato nunca foi publicado no Diário Oficial da União. A Polícia Legislativa do Senado deve indiciar Filipe Martins por gesto intencional e ele segue no governo.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou o Projeto de Lei 1.116/2021 com intuito de criminalizar a propagação de ações de grupos supremacistas. A proposta prevê a alteração da Lei 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor para punir a prática, indução ou incitação de discriminação por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza. A pena prevista para o crime é de reclusão de 2 a 5 anos e multa. Se o crime for cometido por agente público ou com a finalidade de atentar contra instituição democrática a pena é aumentada em um terço.

Outra iniciativa importante foi a aprovação pelo Senado do Projeto de Resolução 17/2021), que institui a Frente Parlamentar Mista Antirracismo. Apresentada por Paulo Paim (PT-RS), a proposta de criação da frente tem por objetivo a promoção de debates e iniciativas a respeito de políticas públicas e medidas que busquem efetivar a igualdade racial prevista na Constituição, contando com a participação de segmentos da sociedade. •

Sérgio Lima/AFP

O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA

Está em curso no Brasil um processo sistemático de exclusão, extermínio e criminalização do povo negro que tem como foco a população jovem

Por Tamires Gomes Sampaio *

A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Este é o dado apresentado no Mapa da Violência que expressa a realidade brutal da violência que os jovens negros são submetidos no Brasil. O racismo é uma determinante estrutural em nossa sociedade e molda os princípios de organização de todas as nossas relações sociais. O tráfico negreiro teve fim, a escravidão foi abolida no país, mas até hoje, mais de 330 anos depois, temos reflexos de séculos de exploração do povo africano e dos afrodescendentes no Brasil.

Sabemos que com a abolição da escravidão não houve um processo de inserção desse povo que foi objetificado, explorado e violentado durante mais da metade da história desse país, e isso resultou em uma sociedade extremamente desigual e racista, em que a população mais pobre e carente tem cor e endereço, que são os negros periféricos.

O Estado brasileiro, além de não proporcionar políticas públicas de inserção do negro na sociedade, agiu apenas a partir do seu viés de repressão. Se por um lado não houve nenhuma alternativa de trabalho, por exemplo, para os que outrora foram escravizados, imediatamente após a abolição da escravatura foram criados mecanismos legais para a promoção da criminalização da cultura negra, para o isolamento social, para o encarceramento em massa e para a manutenção das desigualdades sociais e raciais no país que possuem reflexos na sociedade até os dias de hoje.

Os dados do Atlas da Violência de 2020, em levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), são alarmantes. Em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras. No contexto histórico, de 2008 a 2018, o número de homicídios de pessoas negras no país aumentou 11,5%. Já entre pessoas não negras caiu 12,9%.

A taxa de mortalidade de jovens negros no Brasil é 2,88 vezes maior do que a de jovens brancos, segundo a 5ª edição do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), divulgada em 2019.

O índice de violência contra as mulheres negras também vem aumentando: 68% das mulheres assassinadas em 2018 eram negras. A taxa de homicídios das mulheres negras é 5,2 para cada 100 mil, quase o dobro do que o dado de 2,8 por 100 mil para não negras. Embora o homicídio de mulheres tenha caído 8,4% entre 2017, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%.

Quando cruzamos os dados históricos com os índices de mortalidade da juventude negra, a denúncia de que existe um genocídio da juventude negra no Brasil se escancara em uma terrível realidade.

Neste cenário, é possível avaliar como a política de segurança pública surge como justificativa social e legal para a exclusão e encarceramento dos negros e negras após a abolição da escravidão, pois a manutenção da ordem, uma das bases da segurança pública no Brasil, nada mais é do que a manutenção de uma estrutura social pré-determinada e de privilégios de poucos em detrimento da maioria da população que é menos favorecida.

É possível afirmar que a política de segurança pública no Brasil, ao reproduzir institucionalmente o racismo de nossa sociedade, se torna um fator determinante para a promoção da exclusão, criminalização e extermínio da população negra, principalmente da sua juventude. Isso se reflete no que o movimento negra há muitos anos denuncia como genocídio da juventude negra.

O Estado Democrático de Direito deve garantir, como pontua a Constituição Federal de 1988, a pluralidade e a diversidade humana. Portanto, o crime de genocídio afronta com os princípios de nossa Constituição, além de infringir os bens jurídicos da vida, integridade física e mental.

O crime de genocídio tem como cerne a intenção de destruir determinado grupo, por motivos discriminatórios. No caso do Brasil, o genocídio contra a juventude negra não é somente a intenção de uma pessoa contra toda a população jovem e negra, é uma política de Estado, baseado na reprodução do racismo pelas instituições estatais, que visam o extermínio dessa população.

Tendo como pressuposto a necropolítica, que se baseia na organização do poder – do Estado – para a produção da morte, é possível analisar como as instituições brasileiras ligadas ao sistema de segurança pública estão institucionalmente estruturadas a atingir principalmente a população negra e pobre do país.

DE 2008 A 2018, O NÚMERO DE HOMICÍDIOS DE PESSOAS NEGRAS NO PAÍS AUMENTOU 11,5%. JÁ ENTRE PESSOAS NÃO NEGRAS CAIU 12,9%

É importante ressaltar que a Polícia Militar é apenas o soldado de rua dessa política de criminalização. Temos também envolvidos nesse sistema a Polícia Civil que arquiva ou que não investiga os homicídios cometidos pelos policiais militares, a Promotoria de Justiça que ao invés de proteger a sociedade surge como um carrasco do Estado, justificando a violência policial e criminalizando a população negra, bem como os juízes que arquivam os processos ou invés de dar seguimento a investigação.

Precisamos construir uma reforma no sistema e na política de segurança pública no Brasil. Enquanto a segurança de poucos se sobrepuserem aos direitos de muitos e enquanto o direito à segurança se mantiver como um direito individual e baseado na manutenção da ordem e prevenção de riscos, o racismo estrutural em nossa sociedade garantirá que a população negra seja sempre criminalizada, excluída e exterminada.

O direito à segurança em um Estado Democrático deve existir em função dos direitos fundamentais. Ou seja, a segurança de todos somente poderá ser garantida se for direcionada à defesa e garantia dos direitos sociais e da cidadania.

O histórico de exploração e criminalização, somados ao racismo estrutural em nossa sociedade, que se reproduz no atual sistema de segurança pública visando à proteção de poucos em detrimento da criminalização de muitos, gera a grande taxa de homicídios contra a juventude negra brasileira. Além disso, gera uma verdadeira política de criminalização e extermínio dos negros e negros no Brasil, que se reflete desde a ação ostensiva do policial até os arquivamentos dos processos de homicídios pelo Judiciário.

Está em curso no Brasil um processo sistemático de exclusão, extermínio e criminalização do povo negro que tem como foco a população jovem. Diante disso é inegável afirmar que vivemos diante de um verdadeiro genocídio da população negra, em especial da juventude. •

* Advogada e mestre em Direito Político e Econômico pela Mackenzie, é secretária-adjunta de Segurança Cidadã de Diadema e autora do livro "Código Oculto: política criminal, processo de racialização e obstáculos à cidadania da população negra no Brasil", publicado pela editora Contracorrente.

Arte: Fozie

DEPOIS DO INVERNO VEM A PRIMAVERA

Pandemia, racismo estrutural e o desgoverno fascista. A população negra morre em função das comorbidades e do racismo estrutural, das doenças prevalentes que agravam a doença e das condições precárias de moradia, trabalho e saúde, além da ausência de alimentação

Por Fabya Reis * e Ailton Ferreira **

Em princípio, a Covid-19 não seleciona as suas vítimas pelo gênero ou pertencimento étnico-racial, mas as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira definem a variação dos impactos do vírus e a sua maior letalidade para a população negra e pobre.

Nos Estados Unidos a desigualdade racial explica as diferenças nas taxas de infecção e letalidade, onde a população negra corresponde a 18%, mas a letalidade entre negros e negras é de 58% das mortes por Covid-19. Na Lousiânia, por exemplo, as negras e negros representavam 33% da população, enquanto que o número de óbitos foi de 70%. No Alabama, os negros representam 26% da população total, todavia representam 44% dos óbitos por covid 19, naquele estado. Em Chicago, os 30% da população negra responderam por 68% das mortes e em Michigan os negros que são 14% da população, representavam 40% dos óbitos. No Brasil o projeto "necropolítico" do presidente capitão tem um público alvo: a população negra, que representa 56,1% da população total

Não se pode esquecer que a primeira morte por Covid-19 no Brasil foi de uma mulher negra, empregada doméstica com 63 anos de idade, contaminada por sua patroa. Segundo dados do Instituto Pólis, no segundo semestre de 2020, morreram 250 negros para cada 100 mil, enquanto que entre os brancos morreram 150. A população negra morre em função das comorbidades e do racismo estrutural, das doenças prevalentes que agravam a doença e das condições precárias de moradia, trabalho e saúde, além da ausência de alimentação.

> BUSQUEMOS A UNIDADE PARA UM NOVO PACTO PELA SOBERANIA E A LUTA CONTRA O CAPITALISMO, O FASCISMO, O RACISMO E O PATRIARCADO

Segundo a pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) 116,8 milhões de brasileiros não tem acesso pleno e permanente a alimentos e 19,1 milhões estão literalmente passando fome. Este universo também tem cor, gênero e território. Dos lares habitados por pessoas negras 10,7% passam fome e nos lares habitados por pessoas brancas esse dado é de 7,5%. Nos lares chefiados por mulheres 11,1% estão passando fome e, em relação aos lares em que os homens são referência, são 7,7%. Já com relação aos territórios a região Nordeste apresentou em número absoluto 7,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e o Norte 60%, acima da média nacional de 55,2%.

Evidenciando, ainda, que a pandemia impacta de maneira desigual grupos étnicos diferenciados, observamos os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em que 29 milhões de brasileiros e brasileiras não dispõem de serviços de saneamento básico e 6,2 milhões não tem água potável em suas

casas e precisam fazer grandes deslocamentos para acessar serviços de saúde. Some-se a isto as condições de vulnerabilidades e inseguranças do trabalho informal, que ocupa uma maioria negra –entre os negros são 47% e brancos 33% – e os 13 milhões na extrema pobreza, em que os negros e negras representam 75%.

Acrescentam-se às análises os dados da saúde, nos quais a maioria da população negra é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), um exitoso sistema de saúde pública conquistado pela sociedade brasileira, que agora está superlotado depois que a doença chegou nas camadas populares. Pois bem, quando o resultado do "turismo" que nos trouxe o coronavírus se democratizou, as mortes de pacientes negros quintuplicaram – saiu de 180 para 930 entre 11 a 26 de abril do ano passado. No mesmo período o número de brancos quase triplicou. Para os grupos humanos historicamente desassistidos e vulnerabilizados, a exemplo de indígenas, quilombolas, negros e ribeirinhos, os resultados são desastrosos. Esses números, no entanto, ainda não estão devidamente sistematizados, uma vez que o governo não autorizou o Ministério da Saúde a fazê-lo, sendo objeto de uma luta dos movimentos sociais a tramitação de um projeto para que os dados da Covid-19 contenham o quesito raça/cor.

O pós-pandemia anuncia o agravamento das condições de vida do povo brasileiro, mais ainda, dos 56,10% da população, esta preta e parda que se autodenomina negra e aos povos e comunidades tradicionais. O mercado informal será aumentado e, com ele, o comércio precário nas ruas. Também é notório o agravamento dos conflitos fundiários nos territórios tradicionais, incentivados pelas campanhas institucionais negativas a respeito dos modos de vidas desses grupos, particularmente, indígenas e quilombolas.

O fenômeno do desemprego vai nos alertar para a insuficiência do Estado nos cuidados previdenciários e de assistência social, o que agrava as vulnerabilidades do público historicamente desservido.

Poderíamos mencionar um conjunto de outros dados que não deixam nenhuma dúvida que o impacto da crise sanitária, econômica, social, ambiental para a população negra e pobre será alarmante, aliada à postura fascista do governo federal, cujas orientações, ou seria melhor dizer, desorientações, negam a ciência, desmobilizam as campanhas de governos estaduais, negando o distanciamento social, o uso de máscaras, receitando o kit de tratamento precoce. Há, ainda, notória falta de planejamento para compra de medicamentos para o kit de intubação, de oxigênio e de vacinas, além da descontinuidade de repasse do auxílio emergencial.

O PÓS-PANDEMIA ANUNCIA O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO, MAIS AINDA, DOS 56,10% DA POPULAÇÃO NEGRA

Está comprovado que o atual governo segue um projeto da "necropolítica" para deixar morrer pela fome, pela doença ou ambas, aquelas que mais precisam de uma ação forte do Estado: a população negra e as pessoas pobres deste país. Não há dúvida de que o desgoverno que vivemos é o principal responsável pelas mortes por Covid-19.

No inverno deste ano poderemos chegar ao estarrecedor número de mais de 500 mil óbitos. Por isso, diante desse cenário caótico devemos ser rigorosos e vigorosos em nossos esforços de enfrentamento e construções de superações. Alertamos! Não haverá saída individual, será como ancestralmente aprendemos, uma luta coletiva, numa frente ampla em defesa da vida, da democracia, da saúde, da comida, do trabalho e do SUS.

A tragédia da pandemia parece nos dizer: o remédio é lutar, retomar a democracia e, nesse momento, exercer a "solidariedade estendida", aquela que vai além do "dar o que sobra", mas ofertar o que temos, por pouco que nos pareça. É o que fazem os movimentos sociais espalhados pelo Brasil. Nesse momento de fome de comida, de ciência, de democracia, de equidade, de humanização das relações e de trabalho, o pouco alento é a partilha curativa, a luta curativa, os ideais da luta antirracista e antifascista.

O campo progressista está intimado a buscar a unidade democrática que possibilite um novo pacto liderado pela soberania popular e a luta contra o capitalismo, o fascismo, o racismo e o patriarcado em que a vida com direitos seja o bem maior. Depois do inverno chega a primavera. Esperançar é preciso. Sigamos em luta. •

* Fabya Reis é doutora em Ciências Sociais e secretária de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia.
** Ailton Ferreira é sociólogo e dirigente do Instituto de Reparação da Bahia

DESIGUALDADES RACIAIS: EIXO DA MATRIZ DA DESIGUALDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Por Laís Abramo *

A desigualdade é uma característica estrutural das sociedades latino-americanas e se caracteriza por uma complexa trama em que as desigualdades de classe se entrecruzam e se potencializam com as desigualdades de gênero, étnico-raciais, territoriais e por idade, encadeando-se ao longo do ciclo de vida das pessoas. As desigualdades que afetam a população afrodescendente da América Latina – atualmente aproximadamente 134 milhões de pessoas, representando 21% da população total – constituem um dos eixos estruturantes da matriz da desigualdade social e um dos elementos centrais da cultura do privilégio, característica histórica constitutiva das sociedades latino-americanas, que tem origem no seu passado colonial e escravista, mas que continua se reproduzindo na atualidade.

O legado de exclusão da escravidão durante séculos tornou invisível a contribuição da população negra ao desenvolvimento das nações. Mas a persistente luta e resistência das organizações e do movimento negro conseguiu posicionar suas demandas históricas na agenda pública e tem sido fundamental para a adoção de marcos normativos internacionais, regionais e nacionais de reconhecimento e proteção de seus direitos, assim como para a criação de mecanismos governamentais e políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. As constituições de 13 países da região condenam a discriminação racial e em 16 existem leis contra a discriminação racial e esta é tipificada como delito.

> A POBREZA E A EXTREMA POBREZA SÃO MAIS ACENTUADAS ENTRE OS NEGROS EM TODA A AMÉRICA LATINA

Apesar desses avanços, persiste a invisibilidade estatística, uma das mais perversas formas de discriminação. Apenas em 2010, um número considerável de países da América Latina (11) passou a incluir a autoidenti-

ficação da população afrodescendente nos censos demográficos. Mas até agora essa autoidentificação está presente nas pesquisas domiciliares como a PNAD, fundamentais para medir fenômenos como a pobreza e desemprego, em apenas seis países: Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Uruguai.

Ainda assim, os dados existentes evidenciam a persistência de severas desigualdades raciais, afetando principalmente as mulheres negras, os e as jovens negras, a população negra LGBTI, com deficiência, que vive nas áreas rurais ou nas periferias das grandes cidades e os migrantes. A pobreza e a extrema pobreza são mais acentuadas entre os negros inclusive em países com baixos níveis de pobreza, como o Uruguai, onde a porcentagem de afrodescendentes nessa situação triplica a de não afrodescendentes.

A população negra sofre maiores privações de acesso a moradias adequadas, água potável, saneamento, eletricidade e internet, em particular nas zonas rurais. Também se registram acentuadas desigualdades na garantia do direito à saúde: a mortalidade infantil, ou seja, a probabilidade de uma criança negra morrer antes de completar um ano de vida é superior à de uma criança branca nos sete países para os quais se conta com informação. A mortalidade materna e a maternidade adolescente também são mais elevadas, assim como a prevalência de deficiências, em especial entre a população idosa.

Apesar de um importante aumento na taxa de assistência escolar e no número médio de anos de escolaridade, persistem importantes desigualdades raciais em termos de atraso e evasão escolar, e a conclusão do ensino médio continua sendo um desafio chave. A porcentagem de conclusão do ensino médio entre os jovens negros é significativamente inferior a dos jovens brancos, ainda que no Brasil e Uruguai, essas disparidades tenham se reduzido em anos recentes. As desigualdades raciais se aprofundam na educação terciária. Mas, no Brasil, a expansão das instituições públicas e as políticas de ação afirmativa foram capazes de reduzi-las significativamente em um curto período de tempo.

Os melhores resultados educativos das mulheres não repercutem em forma equivalente no mercado de trabalho. Nos 15 países com informação, a porcentagem de jovens mulheres negras que não estuda e não está ocupada no mercado de trabalho é marcadamente superior à de jovens mulheres brancas e a de jovens homens negros. As diferenças entre as jovens negras e os jovens homens brancos nessa situação oscilam entre o dobro na Argentina a 5 vezes a mais no Equador.

A SUPERAÇÃO DAS PROFUNDAS DESIGUALDADES RACIAIS E DA PERSISTÊNCIA DO RACISMO É UMA TAREFA DE TODOS E É CENTRAL

As dificuldades de inserção das mulheres no mercado de trabalho estão fortemente associadas à desigual divisão sexual do trabalho que faz com que elas continuem sendo as principais (quando não exclusivas) responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, o que tem se agravado fortemente no contexto da pandemia.

Os rendimentos mensais do trabalho das mulheres negras equivalem a aproximadamente 40% dos rendimentos dos homens brancos no Peru e no Brasil, a 53,6% no Uruguai, 66,2% na Colômbia, 70,4% no Equador e 78,4% no Panamá. Mesmo controlando por horas trabalhadas e anos de escolaridade, observa-se uma clara hierarquia, marcada por desigualdades entrecruzadas de gênero e raça, que situa os homens brancos na melhor posição e as mulheres negras na pior. Além disso, a desigualdade é maior quanto mais elevado é o nível de escolaridade.

A superação das profundas desigualdades raciais e da persistência do racismo como componente fundamental da cultura do privilégio é uma tarefa de todos e constitui um aspecto central da construção de sociedades mais justas, democráticas e igualitárias.

Essa luta exige não apenas a implementação de políticas universais, mas também políticas de ação afirmativa, como parte da perspectiva de um universalismo sensível às diferenças.

É necessário implementar políticas permanentes de luta contra o racismo estrutural e institucional, contra as práticas discriminatórias e a violência racial e garantir a plena participação afrodescendente na formulação e acompanhamento dessas políticas. É urgente estabelecer mecanismos governamentais que formulem, coordenem e monitorem essas políticas e garantir a visibilidade estatística afrodescendente. •

* Ex-diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil de 2005 a 2015, foi ainda diretora da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2015 a 2019.

MARIELLE VIVE

Vereadoras do PSOL em Belo Horizonte apresentam projetos de lei para criação de datas simbólicas, que homenageiam a líder política, assassinada há três anos no Rio de Janeiro. Anitta homenageia também a ativista e militante em nova canção

Marielle Franco é uma inspiração para milhões. As bandeiras de luta e o reconhecimento do seu trabalho só ganham mais força. Pouco mais de três anos após o assassinato da vereadora, até hoje sem respostas da polícia sobre a motivação ou sobre quem são os mandantes do crime, propostas elaboradas por ela estão sendo colocadas em prática fora do Rio de Janeiro. A vereadora também ganha homenagem da cantora Anitta.

É o que acontece na capital de mineira. Duas vereadoras do PSOL, Iza Lourença e Bella Gonçalves, apresentaram na Câmara Municipal de Belo Horizonte projetos de leis para a criação de duas datas simbólicas no calendário oficial da cidade. O primeiro é o "Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra" e o segundo é o "Dia Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e periféricas".

De acordo com a proposta, o Dia Marielle Franco seria comemorado em 14 de março, data do assassinato da vereadora carioca. A proposta tramita na Câmara Municipal belorizontina que é majoritariamente conservadora, o que aumenta a necessidade de mobilização para que as duas propostas sejam aprovadas.

A iniciativa do PSOL na cidade de Belo Horizonte tem conexão direta com o Instituto Marielle Franco, no Rio de Janeiro. A entidade criou um projeto chamado Agenda Marielle Franco que sistematiza as propostas e a forma de atuação da vereadora assassinada e propõe que parlamentares firmem compromisso com essas ideias.

As duas vereadoras mineiras estão entre 81 candidaturas, espalhadas por 54 cidades do país, que se comprometeram com as propostas. Todas as informações estão disponíveis no site da entidade que ainda disponibiliza uma pesquisa sobre a violência política contra mulheres negras. O instituto até hoje trabalha para combater informações falsas sobre Marielle que continuam sendo disseminadas na internet.

O legado de Marielle Franco também ganha força através de artistas brasileiros que têm carreira internacional, caso da cantora Anitta, que homenageou a vereadora em uma ação para o lançamento de seu novo álbum "Girl from Rio" (Garota do Rio). O novo trabalho de Anitta vai ser lançado em inglês, dentro e fora do Brasil.

Na divulgação do trabalho, a cantora têm feito publicações na internet apresentando mulheres que ela elegeu como "a cara" do Rio de Janeiro. Marielle foi apresentada como socióloga e política brasileira, preta, de origem pobre e que denunciou uma série de abusos das forças de segurança contra os moradores de favelas.

A artista ainda mencionou que o assassinato de Marielle segue sem ser solucionado. A postagem foi vista e "curtida" por centenas de milhares de internautas. •

VILSON OLIVEIRA, PRESENTE!

O PT e a Fundação Perseu Abramo prestam uma homenagem ao diretor da Escola Nacional de Formação do PT, que perdeu a batalha contra a Covid aos 59 anos. Integrante do Diretório Nacional do partido, ele foi diretor de promoção de da Secretária Nacional de Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff

No dia 13 de abril, quando o país ultrapassou a marca de 355 mil mortes pela Covid-19, com média diária de mais 3 mil vítimas fatais na última semana, a Fundação Perseu Abramo e o Partido dos Trabalhadores despedem-se de um de seus militantes históricos e dirigente nacional. Vilson Augusto de Oliveira, diretor da Escola Nacional de Formação do PT, perdeu a batalha que travava há semanas contra a doença, aos 59 anos.

Trabalhando como metalúrgico, foi militante do partido na capital paulista. Após ser dirigente nas três instâncias partidárias, zonal, municipal e estadual de São Paulo, Vilson assumiu a Secretária Nacional de Formação do PT, atribuição da qual muito se orgulhava, principalmente no que diz respeito às jornadas realizadas com os setoriais.

Atualmente, Vilson Oliveira integrava o Diretório Nacional do PT e compunha a direção da Escola Nacional de Formação do PT, na qual estava empenhado no projeto "Nova Primavera", que contempla a realização da Jornada de Formação para Educadoras e Educadores Militantes, a Conferência Nacional "Paulo Freire" de Formação e Educação Política e organizar Núcleos de Vivências, Estudos e Lutas em todo o país, lançado no início de abril, quando o diretor já estava internado.

Vilson Oliveira também deu sua contribuição assessorando mandatos no Legislativo e a gestões do PT no Executivo. Na Prefeitura de São Paulo nas gestões de Luiz Erundina e de Marta Suplicy, foi administrador regional de Guainazes e subprefeito de Cidade Tiradentes. No governo da presidenta Dilma Rousseff, foi diretor de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e assessor especial da ministra Maria do Rosário.

Mais uma vida cheia de planos e projetos interrompida por essa situação de desgoverno que vivemos no Brasil.

Em uma mensagem no dia 8 de abril, Vilson escreveu:

"Tenho feito minha parte, estou confiante e esperançoso. Mas com medo e receio. (...) Tenho muito mais orgulho do que arrependimento por atos, ações e omissões. Não tô jogando a toalha, mas me preparando para uma ação mais qualificada na vida pessoal, política e afetiva.

(...) O amor ao próximo e ódio ao tirano nos darão energia".

Vilson Oliveira, presente! •

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SEMINÁRIO
COMBATE À FOME E RESGATE DA CIDADANIA NO NORDESTE

22/04
QUINTA-FEIRA

17H – ABERTURA
- Aloizio Mercadante – presidente da Fundação Perseu Abramo
- Jonas Paulo – coordenador do NAPP-Nordeste/FPA
- Elisângela Araújo – secretária Agrária do PT e membro do NAPP Agrícola e Agrário/FPA

17H20 – PALESTRAS
- Dilma Rousseff – ex-presidenta do Brasil
- José Graziano da Silva – ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome e ex-diretor-geral da ONU para Alimentação e Agricultura

18H – MESA 1 – CARESTIA, FOME E MISÉRIA NA PANDEMIA
coordenação: Maria Fernanda Coelho - subsecretária do Consórcio Nordeste
- Sérgio Storch – co-fundador da Rede Josué de Castro e membro do Projeto Mandacaru
- Kalyne Lima – vice-presidente da Central Única das Favelas – CUFA
- Iris Oliveira – secretária do Trabalho, Habitação e Assistência Social do Rio Grande do Norte
- André Santana – coordenador de Acompanhamento de Políticas de Inclusão Socioprodutiva da Bahia
- Joaquim Cartaxo – superintendente do Sebrae Ceará

19H30 – MESA 2 – ARTICULAÇÃO PRODUTIVA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO
coordenação: Vivian Farias – vice-presidenta da FPA
- Francisco de Assis Diniz – secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará e presidente do Fórum de Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar do NE
- Patrícia Vasconcelos – secretária da Agricultura Familiar do Piauí
- Alexandre Conceição – direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST
- Aristides Santos – presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG
- Alexandre Pires – coordenador da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA

TRANSMISSÃO:
/fundacao.perseuabramo
/FundacaoPerseuAbramo

REALIZAÇÃO:
NAPP-NE NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO NORDESTE
NAPP AGRÍCOLA E AGRÁRIO FPA

Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: http://fpabramo.org.br.